

ESP-UN. GESTAO ASSIST. IV-HOSP.MAT.L.M.BARROS

# Edital 73/2026

## Informações Básicas

| Número do artefato | UASG   | Editado por                     | Atualizado em            |
|--------------------|--|---------------------------------|--------------------------|
| 73/2026            | 90163-ESP-UN. GESTAO ASSIST. IV-HOSP.MAT.L.M. BARROS | LUCIANA SOUZA FEITOSA DO AMARAL | 11/06/2026 14:09 (v 0.7) |
| Status             | ASSINADO   |                                 |                          |

## Outras informações

| Categoria  | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|--|-----------------------|-------------------------|
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo |                       | 024.00008117/2026-00    |

## AQUISIÇÃO DE REAGENTE PARA BIOQUIMICA

### PREGÃO ELETRÔNICO

90073/2026

### CONTRATANTE (UASG)

090163 - HOSPITAL MATERNIDADE LEONOR MENDES DE BARROS

### OBJETO

**AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA BIOQUÍMICA COM APARELHAGEM EM REGIME DE COMODATO**

### VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

“Sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021.”

### DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 25/06/2026 às 10h (horário de Brasília)

### Critério de Julgamento:

menor preço por grupo

**Modo de disputa:**

*aberto*

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**NÃO**

## Sumário

1. DO OBJETO.. 3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS. 3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.. 3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.. 5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA. 7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES 8
7. DA FASE DE JULGAMENTO.. 11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.. 14
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. 16
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA. 16
11. DOS RECURSOS. 16
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES. 17
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.. 19
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. 20

## HOSPITAL MATERNIDADE LEONOR MENDES DE BARROS

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90073/2026

(Processo Administrativo nº 024.00008117/2026-00)

Torna-se público que o **HOSPITAL MATERNIDADE LEONOR MENDES DE BARROS**, por meio do Setor de Compras por meio do(a) Seção de Compras, sediado(a) **Av. Celso Garcia, 2477 - Belenzinho - São Paulo**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

#### 1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é **AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA BIOQUÍMICA COM APARELHAGEM EM REGIME DE COMODATO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

- A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.*

#### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

#### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
  - Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
  - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte.*
- Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:
  - Considerando o valor estimado do grupo objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.**
- Não poderão disputar esta licitação:
  - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);
  - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
9. *Aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.*
7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
  1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima se estende a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
10. *Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.*
11. *Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.*
4. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
  1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
  2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o *preço (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital)*, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
  3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
    1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
    2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição [Federal](#);
    3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
    4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
  4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado

o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133, de 2021, excetuado a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.
4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  1. *Valor unitário e total do grupo;*
  2. *Marca;*
  3. *Fabricante;*
  4. *Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.*
2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
6. *As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.*
  1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e §1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
  7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
  8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
  9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
  10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
  2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
  3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
  4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
  5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
  6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
  7. O licitante somente poderá oferecer lance de *valor inferior (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital)* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
  8. O intervalo mínimo de diferença de *valores* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de *01% (um por cento)*, e incidirá sobre o valor unitário do grupo.
  9. O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
  10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
  11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*
    1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10(dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*
    2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*
    3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.*
    4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*
    5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*
  12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
  13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
  14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
  1. *Não se aplica nesta licitação o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme definido em subdivisão do item 3.5.*
18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).
  1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
    1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
    2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, [conforme regulamento](#);
    3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
    4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
  2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
    1. Empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
    2. Empresas brasileiras;
    3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
    4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
  3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
  4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.
19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *acima do preço máximo (conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital)* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
  1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.
  2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
  3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
  4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (*duas*) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
  5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.
20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  1. Sicaf;



2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
  3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
  4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
  5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
  6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e
  7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.
2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
  3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
    1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
    2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
    3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
  4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.
  5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.
  6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.
    1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
    2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.
  7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
    1. Contiver vícios insanáveis;
    2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
    3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
    4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
    5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
  8. *Será considerado indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*
    1. *A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:*
      1. *Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e*
      2. *Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.*
  9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
  10. *Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o*

*licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.*

11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
  1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
  2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

#### **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
  1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-nanceira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.
  2. *Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*
  3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).
5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
7. A habilitação será verificada por meio do SicaF, quanto aos documentos por ele abrangidos.
  1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
8. É de responsabilidade do licitante, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SicaF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
  1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
  1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SicaF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
10. A verificação no SicaF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):
  1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
  2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.
14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.
15. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.
9. **DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
  1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*
10. **DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**
  1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*
11. **DOS RECURSOS**
  1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
  2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
  3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
    1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
    2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
    3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
  4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
  5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
  6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
  7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
  8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
  9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
  10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, pelo meio eletrônico: SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (Sistema SEI).
12. **DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**
  1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
    1. der causa à inexecução parcial do contrato;
    2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
    3. der causa à inexecução total do contrato;
    4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
    5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
      1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
      2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  1. Recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 2013](#).
2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo garantido a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  1. Advertência;
  2. Multa;
  3. Impedimento de licitar e contratar; e
  4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
  2. As peculiaridades do caso concreto;
  3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
4. *A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.*

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.
6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
8. A sanção de impedimentos de licitar e contratar serão aplicadas, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, §5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser

conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.
14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.
15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigido na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.
20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituído no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

### 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo(s) seguinte(s) meio(s): [hmlmb-compras@saude.sp.gov.br](mailto:hmlmb-compras@saude.sp.gov.br)*
3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
  1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.
4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
  1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet: [compras.gov.br](http://compras.gov.br)*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.
5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.
6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.
7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.



1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.
2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.
  1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.
    1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
    2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
    3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.
    4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.
    5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:
      1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição (ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;
  2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
    1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;
    2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.
    3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:
      1. De que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
      2. De que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;
      3. De que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;
      4. De que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;
      5. Dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;
      6. De que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;
      7. De que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
  3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das

*demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes respeitadas a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.*

4. *Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.*
3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.
9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
  1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
  2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.
12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.
13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico: [compras.gov.br](http://compras.gov.br).
15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
  1. ANEXO I - Termo de Referência;
    1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;
  2. ANEXO II – Minuta de Contrato;
  3. ANEXO III – Resolução PGE nº 65, de 01/04/2023;
  4. ANEXO IV – Modelo referente a planilha de proposta;
  5. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);
  6. ANEXO VI – Decreto do Governador.

São Paulo, 25 de maio de 2026.

**Dra. Cynthia Parras**

*Diretor Técnico de Saúde III*

CPF: 160.605.728-63



## 1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CYNTHIA PARRAS**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 14:09:32.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Termo de Referencia 30\_2026.pdf (157.96 KB)
- Anexo II - Estudo Tecnico Preliminar 27\_2026.pdf (134.5 KB)
- Anexo III - 2 - ANEXOS II, III, IV, V e VI - CONSUMO - PARCELADO (CONTRATO).pdf (581.77 KB)

## ANEXO II

### MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

#### **UGA IV – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros**

(Processo Administrativo nº 024.000XXXXX/2026-XX)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../.....,  
CELEBRADO ENTRE O Estado de São Paulo/Secretaria  
do Estado de São Paulo – Coordenadoria de Serviços  
de Saúde POR INTERMÉDIO DO UGA IV - Hospital  
Maternidade Leonor Mendes de Barros E  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

O Estado de São Paulo / Secretaria do Estado da Saúde, por intermédio do(a) Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros, com sede no(a) Av. Celso Garcia, 2477-Belenzinho, na cidade de São Paulo/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 46.374.500/0117-14, neste ato representado(a) pelo(a) Diretor Técnico de Saúde III – Drª Cynthia Parras, nomeado(a) pelo(a) Resolução SS, de 10 de Janeiro de 2025, publicado(a) no DOE de 13 de Janeiro de 2025, inscrito(a) no CPF sob o nº 160.605.728-63, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº ....., conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 024.000XXXXX/2026-XX e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90XXX/2026**, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Aquisição de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constante do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

| <b>Item</b> | <b>Especificação</b> | <b>Catmat</b> | <b>Unidade de medida</b> | <b>Quantidade total</b> | <b>Valor unitário</b> | <b>Valor total</b> |
|-------------|----------------------|---------------|--------------------------|-------------------------|-----------------------|--------------------|
| <b>1</b>    |                      |               |                          |                         |                       |                    |

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O fornecimento do objeto será *com entrega parcelada*, **conforme cronograma de entrega detalhado no Termo de Referência**.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias, contados da assinatura do contrato na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O valor total da contratação é de **R\$** \_\_\_\_ (\_\_\_\_)

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. *Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado. \*\*\*SOMENTE PARA ME/EPP\*\*\*.*

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a \_\_\_\_/\_\_\_\_/2026.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

### **8.1. São obrigações do Contratante:**

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **30 (trinta) dias** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;
- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.10. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 9.1.1. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;
- 9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.1.3. Comunicar ao Contratante, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.13. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.16. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. Pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. Pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas "b", "c" e "d" da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iv. **Multa:**



*Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.*

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais as sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

*I. Gestão/Unidade:*

*II. Fonte de Recursos:*

*III. Programa de Trabalho:*

*IV. Elemento de Despesa:*

*V. Plano Interno:*

*VI. Nota de Empenho:*

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de

justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)**

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **01 (uma) via**, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, data da última assinatura eletrônica das partes.

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

## ANEXO III

### RESOLUÇÃO SS Nº 65, DE 1 DE ABRIL DE 2024

**Dispõe sobre o procedimento, no âmbito da Secretaria da Saúde, visando à aplicação de sanções administrativas previstas na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei federal nº 14.133/2021, e dá as providências correlatas**

O **SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO**, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de regulamentar os procedimentos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal,

#### **RESOLVE:**

##### **I . DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 1º** - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações e em outros ajustes regidos pela Lei nº 14.133/2021 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta resolução.

**Artigo 2º** - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde, que incidir nas infrações relacionadas no art. 155, ficará sujeito às seguintes sanções, previstas no art. 156, ambos da LLCA:

**I** - advertência;

**II** - multa na forma prevista no edital ou contrato, de no mínimo 0,5% a no máximo 30% do valor do ajuste;

**III** - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do mesmo ente federativo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

**IV** - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**§ 1º** - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, nos termos do § 9º do art. 156 da LLCA.

**§ 2º** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**Artigo 3º** - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º, desta Resolução, serão considerados:

**I** - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**II** - as peculiaridades do caso concreto;

**III** - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**IV** - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§ 1º** - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apena dos do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Saúde, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

**§ 2º** - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;
2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;
3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;
4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

## **II. DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES**

### **II.1 – Da Advertência**

**Artigo 4º** - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração.

### **II.2 – Da Multa**

**Artigo 5º** - A multa prevista no inciso II do art. 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da LLCA, será calculada na forma do edital ou do contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

**Artigo 6º** - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, nos termos do art. 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

**I** - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

**II** - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;

**§ 1º** - Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso sujeita a multa de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a critério da autoridade competente, que decidirá com fundamento na avaliação do Gestor do contrato.

**§2º**- Os prazos referidos nos incisos I e II e parágrafo primeiro deste artigo considerarão dias corridos.

**§ 3º** - No caso de prestação de serviços contínuos, a multa será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre a base mensal que seria paga à empresa contratada faltosa no mês em que houve o descumprimento da obrigação.

**Artigo 7º** - Verificado o descumprimento contratual no prazo e modo convencionados, se o cumprimento da obrigação não mais atender aos critérios da oportunidade e conveniência administrativa, ou, ainda que haja interesse da Administração, o devedor não cumprir sua obrigação, a multa de mora poderá ser convertida em compensatória, com a promoção da extinção unilateral do contrato, e aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta resolução.

**Artigo 8º** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**Artigo 9º** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

**Artigo 10** - A Administração poderá deixar de cobrar a multa de valor inferior a 15 (quinze) UFESP's, mantidos, entretanto, os registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

**Artigo 11** - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela Administração, contado do recebimento, pela contratada, da comunicação da recusa.

**§ 1º** - O pedido de prorrogação para a entrega dos bens substituídos ou re execução do objeto do contrato deverá, se o caso, ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

**§ 2º** - A ausência de regularização do objeto do contrato dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

### **II.3 – Do Impedimento de Licitar e Contratar**

**UGA IV – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros**

Av. Celso Garcia, 2477 | CEP 03015-000 | São Paulo, SP | Fone: (11) 2847-7231 | hmlmb-compras@saude.sp.gov.br.

**Artigo 12** - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, III, IV, V, VI e VII do "caput" do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

**I** – por 2 (dois) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do art. 155;

**II** – por 4 (quatro) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do art. 155;

**III** – por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do art. 155;

**IV** – por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do art. 155.

**§ 1º** - Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

**§ 2º** - A aplicação da sanção prevista neste artigo impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, nos termos do § 4º do art. 156 da LLCA.

#### **II.4 – Da Declaração de Inidoneidade**

**Artigo 13** - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do "caput" do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave, por aquelas previstas nos incisos II a VII do caput do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

**§ 1º** - O prazo a que alude o "caput" deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º do art. 156 da LLCA.

**§ 2º** - Para os fins do inciso X do "caput" do artigo 155 da LLCA, A ("comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza"), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

#### **III. DO PROCESSO SANCIONATÓRIO**

**Artigo 14** - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da licitação ou da execução contratual, ao dirigente da Unidade responsável pelo certame ou contrato, a que estiver vinculado.

**Parágrafo único** - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

**Artigo 15** - Configurada a hipótese de aplicação das sanções de advertência ou multa, os responsáveis, uma vez instaurado o processo sancionatório, serão intimados para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da comunicação, cabendo ao Dirigente da Unidade licitante ou contratante decidir sobre o sancionamento.

**Parágrafo único** - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constatada, para oportuna decisão conjunta.

**Artigo 16** - Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, indicados pelo Chefe de Gabinete, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**§ 1º** - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**§ 2º** - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**§ 3º** - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

**§ 4º** - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à Chefia de Gabinete para fins de avaliação do seu processamento.

**§ 5º** - Após a avaliação do processamento pela Chefia de Gabinete, os autos serão remetidos à análise jurídica, nos termos do § 6º do art. 156 da LLCA.

**Artigo 17** - Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo

15 desta resolução será encaminhado à Chefia de Gabinete, a quem compete aplicar a sanção, nos termos da Resolução SS nº 98/2004, ou outra que venha a substituí-la.

**Artigo 18** – Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta Resolução será encaminhado ao Secretário da Pasta, autoridade competente para aplicação da referida sanção, nos termos do inciso I do § 6º do art. 156 da LLCA.

**Artigo 19** - Da decisão da autoridade que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação, nos termos do art. 166 da LLCA.

**§ 1º** - O recurso de que trata o “caput” deste artigo será dirigido à autoridade sancionadora, que deverá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis decidir se mantém ou reconsidera a decisão recorrida.

**§ 2º** - Caso a autoridade sancionadora decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso à instância superior, que decidirá sobre as condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do § único do art. 166 da LLCA.

**Artigo 20** - Da decisão da autoridade que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar caberá apenas pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado de seu protocolo.

**Artigo 21** - A imposição das sanções previstas na presente resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado à Administração.

**Artigo 22** – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

**Artigo 23** - A intimação dos atos no processo sancionatório será feita mediante expedição de ofício ao(s) responsável (eis) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Serviços ou de Compras, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico n eles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

**§ 1º** - Resultando infrutífera a intimação a que se refere o “caput” deste artigo, será efetuada por meio do Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE, por 3 (três) vezes consecutivas.

**§ 2º** - Nos processos eletrônicos instaurados nesta Administração, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

**Artigo 24** - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa aplicada, não ocorrendo a quitação pelo sancionado, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

**Artigo 25** - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 158 da LLCA.

**Artigo 26** - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei, nos termos do art. 159 da LLCA.

**Artigo 27** - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, neste caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Artigo 28** - Independentemente da instauração de processo sancionatório, caso constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, a autoridade competente da Unidade/Coordenadoria poderá determinar, quando a medida se revelar de interesse público, a suspensão da execução do contrato, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, desde que avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da LLCA.

**Artigo 29** - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

**Artigo 30** - Encerrada a instância administrativa, as sanções aplicadas deverão ser registradas na Relação de Apenados do TCESP, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas



(CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

**Artigo 31** - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

**I** - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

**II** - pagamento da multa;

**III** - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

**IV** - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

**V** - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**Parágrafo Único** - A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

#### **IV. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 32** - A presente resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes.

**Artigo 33** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei federal nº 14.133/2021.

**ANEXO IV**  
**MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA**

UGA IV - HOSPITAL MATERNIDADE LEONOR MENDES DE BARROS CNPJ: 46.374.500/0117-14  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90XXX/2026

(Processo Administrativo SEI n.º 024.000XXXXX/2026-XX)

|               |     |      |
|---------------|-----|------|
| Razão Social: |     |      |
| CNPJ:         |     |      |
| Endereço:     |     |      |
| Cidade:       | UF: | CEP: |
| Fone:         |     |      |
| Email:        |     |      |

| ITEM | SIAFISICO | CATMAT | Especificação | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|------|-----------|--------|---------------|-----|-------------|-------------|
| 01   |           |        |               |     |             |             |
|      |           |        |               |     |             |             |

1. A empresa vencedora do certame deverá fornecer o material de acordo com as especificações técnicas do item descritas no Termo de Referência **(Anexo I)**.
2. Deverá anexar a sua proposta Catálogo, folheto explicativo e outras informações que se fizerem necessárias para demonstrar claramente que preenchem as características mínimas constante no Termo de Referência.
3. Anexar cópia do registro do objeto licitado concedido pelo órgão sanitário competente do Ministério da Saúde. Estando o registro vencido, deverá ser apresentada cópia da petição de revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido. A não apresentação do registro e/ou do pedido de revalidação do produto (protocolo) implicará na desclassificação da proposta em relação ao item cotado;
4. c) cópia do comprovante de isenção do registro, quando for o caso;
5. Esta planilha deve ser preenchida, conforme modelo para os itens ofertados, com seus respectivos **preços unitário e total**, devendo constar **marca/modelo, fabricante e procedência do produto cotado**.
6. O prazo de validade da proposta é **60 (sessenta) dias**.
7. Informar a conta do **Banco do Brasil** para Pagamento: Agência/Conta Corrente

**Prazo de Pagamento:** 30 (trinta) dias após assinatura do recebimento da Nota Fiscal na Seção de Almoxarifado

**Prazo de Entrega:** Conforme Termo de Referência.

**Local e horário de Entrega:** Conforme Termo de Referência

São Paulo, \_\_de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável/Representante da empresa

**ANEXO V**

**MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**  
(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do **Pregão Eletrônico nº 090XXX/2026, Processo nº 024.000XXXXX/2026-XX**, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

## ANEXO VI

### DECRETO Nº 62.867, DE 03 DE OUTUBRO DE 2017

**Dispõe sobre a centralização das operações de natureza financeira da Administração Direta e Indireta do Estado, regulamenta a atividade de agente financeiro do Tesouro Estadual e dá providências correlatas**  
**GERALDO ALCKMIN, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,**

#### **Decreta:**

**Artigo 1º** - Os pagamentos de despesas, obrigações ou responsabilidades de qualquer natureza, inclusive os decorrentes de decisões judiciais, de serviços da dívida pública ou de transferências, processados pelos órgãos que integram a Administração Direta do Estado, deverão ser executados exclusivamente pelo Banco do Brasil S.A., na forma estabelecida por este decreto.

**Parágrafo único** - O disposto neste artigo aplica-se às Autarquias, inclusive às Universidades, às Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, às Empresas em cujo capital o Estado tenha participação majoritária, aos Fundos Especiais de Despesa e aos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento.

**Artigo 2º** - O processamento de todas as movimentações financeiras de pagamentos a credores, incluindo fornecedores, no país e no exterior, bem como de quaisquer pagamentos ou outras transferências de recursos financeiros feitas pela Administração Direta e Indireta do Estado, incluídas as operações de câmbio e comércio exterior, deverão ser efetuados por meio do Banco do Brasil S.A.

**Parágrafo único** - Excepcionalmente, para credores e fornecedores eventuais, não correntistas, cujo valor das transferências referidas neste artigo, não exceda a 100 (cem) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo - UFESP's, poderão ser processadas transferências com a emissão de cheque nominativo cruzado ou ordem de pagamento.

**Artigo 3º** - Os pagamentos de vencimentos, salários, subsídios, proventos ou pensões aos servidores civis e militares, ativos, inativos, pensionistas e beneficiários de pensões especiais do Poder Executivo da Administração Direta e Indireta do Estado, serão feitos exclusivamente no Banco do Brasil S.A.

**Parágrafo único** - O disposto neste artigo não se aplica aos inativos e pensionistas que residam no exterior ou em municípios que não possuam agências do Banco do Brasil S.A.

**Artigo 4º** - Excetua-se do disposto no presente decreto as devoluções de cauções, fianças e de impostos, taxas e multas, bem como os pagamentos e operações que, por imposição legal, judicial, regulamentar ou decorrentes de cláusulas de convênios ou contratos, ou ainda por disposição do Acordo Base de Parceria Institucional firmado nos termos do Decreto nº 60.244, de 14 de março de 2014 Legislação do Estado, não possam ser formalizados por intermédio do Banco do Brasil S.A.

**Artigo 5º** - O Banco do Brasil S.A. deverá dispor de agência centralizadora localizada na cidade de São Paulo, destinada ao repasse e transferência do produto da arrecadação de tributos e demais receitas do Estado, depositado pelas instituições bancárias.

**§ 1º** - O repasse e a transferência a que se refere o "caput" deste artigo serão efetuados mediante procedimentos definidos pela Secretaria da Fazenda.

**§ 2º** - Os ingressos de demais receitas públicas estaduais, orçamentárias e extra-orçamentárias, deverão ser processados pelo Banco do Brasil S.A., quando autorizado, e depositados nas contas denominadas de tipo "C" dos respectivos órgãos e entidades de que trata o artigo 1º e parágrafo único deste decreto.

**Artigo 6º** - O Banco do Brasil S.A., nos casos em que estiver apto a receber, deverá processar, mediante autorização dos órgãos e entidades de que trata o artigo 1º e parágrafo único deste decreto, as despesas com FGTS, INSS, PIS/PASEP, COFINS, IRRF, CSLL, assim como as operações oficiais de compra e venda de moeda estrangeira, inclusive para fins de fechamento de contratos de câmbio nas importações e exportações.

**Artigo 7º** - As aplicações financeiras dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado deverão ser centralizadas no Banco do Brasil S.A., observado o disposto no Acordo Base de Parceria Institucional firmado nos termos do Decreto nº 60.244, de 14 de março de 2014.

**Artigo 8º** - Os órgãos da Administração Pública, Direta e Indireta, aderentes ao Acordo Base de Parceria Institucional deverão disponibilizar, ao conglomerado do agente financeiro, sempre que

solicitado, informações relacionadas aos seguros contratados, para fins de atualização da base de dados.

**Artigo 9º** - Os órgãos da Administração Pública, Direta e Indireta, aderentes ao Acordo Base de Parceria Institucional, ao realizarem pesquisa de preços para subsidiar procedimento licitatório tendente à contratação de seguros, deverão, sempre que possível, solicitar cotação ao conglomerado do agente financeiro do Estado.

**Artigo 10** - A partir da vigência deste decreto e durante o prazo de vigência do Acordo Base de Parceria Institucional firmado em 29 de setembro de 2017 nos termos do Decreto nº 60.244, de 14 de março de 2014 Legislação do Estado, fica suspensa a cobrança ao Banco do Brasil S.A. do percentual previsto no artigo 22 do Decreto nº 60.435, de 13 de maio de 2014 Legislação do Estado.

**Artigo 11** - Ficam mantidos os procedimentos atuais para as aplicações financeiras, por meio da Conta Única do Tesouro, no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM/SP.

**Artigo 12** - O Banco do Brasil S.A. deverá manter os sistemas operacionais e de informática capazes de bem operacionalizar os serviços contratados e fornecer ao Estado, prontamente, as informações necessárias ao acompanhamento das movimentações financeiras do Estado e outras que forem requeridas, desde que previamente acordadas, de modo que os serviços sejam prestados dentro do melhor padrão de qualidade.

**Artigo 13** - Fica a Secretaria da Fazenda autorizada a providenciar o cadastramento de funcionários do Banco do Brasil S.A. no SIAFEM/SP, mediante solicitação formal das áreas competentes do Agente Financeiro do Tesouro, para consulta às operações pertinentes a este decreto, observadas as regras de segurança de acesso.

**Artigo 14** - Ao Departamento de Controle e Avaliação da Secretaria da Fazenda, sem prejuízo da atuação dos demais órgãos de controle, caberá fiscalizar o cumprimento das disposições deste decreto.

**Artigo 15** - A Secretaria da Fazenda e suas Coordenadorias, no âmbito de suas respectivas atribuições, poderão expedir normas complementares para aplicação integral das disposições deste decreto, decidir casos omissos e adotar as providências necessárias para preservação dos procedimentos ora estabelecidos.

**Artigo 16** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, em relação ao Banco do Brasil S.A., até 28 de setembro de 2022.

**Parágrafo único** - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 62.297, de 6 de dezembro de 2016 Legislação do Estado.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de outubro de 2017

GERALDO ALCKMIN

Arnaldo Calil Pereira Jardim Secretário de Agricultura e Abastecimento Márcio Luiz França Gomes Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação Jose Luiz de França Penna Secretário da Cultura José Renato Nalini Secretário da Educação Benedito Braga Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos Helcio Tokeshi Secretário da Fazenda Rodrigo Garcia Secretário da Habitação Laurence Casagrande Lourenço Diretor Presidente da Dersa, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Logística e Transportes Márcio Fernando Elias Rosa Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania Maurício Beneditini Brusadin Secretário do Meio Ambiente Antonio Floriano Pereira Pesaro

Secretário de Desenvolvimento Social Marcos Antonio Monteiro Secretário de Planejamento e Gestão David Everson Uip Secretário da Saúde Márgino Alves Barbosa Filho Secretário da Segurança Pública Lourival Gomes Secretário da Administração Penitenciária Clodoaldo Pelissioni Secretário dos Transportes Metropolitanos José Luiz Ribeiro Secretário do Emprego e Relações do Trabalho Paulo Gustavo Maiurino Secretário de Esporte, Lazer e Juventude João Carlos de Souza Meirelles Secretário de Energia e Mineração Fabrício Cobra Arbex Secretário-Adjunto, da Casa Civil, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Turismo Linamara Rizzo Battistella Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência Samuel Moreira da Silva Junior Secretário-Chefe da Casa Civil Saulo de Castro Abreu Filho Secretário de Governo Publicado na Secretaria de Governo, aos 3 de outubro de 2017.

ESP-UN. GESTAO ASSIST. IV-HOSP.MAT.L.M.BARROS

Termo de Referência 30/2026

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

Editado por

Atualizado em

30/2026

90163-ESP-UN. GESTAO ASSIST. IV-HOSP.MAT.L.M.BARROS

GIZELE MAIOTTO GUARDIA

23/01/2026 11:33 (v 0.3)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação

Processo Administrativo

SEI 024.00008117/2026-00

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de reagentes para Bioquímica com cessão de uso gratuito de toda aparelhagem automática necessária para completa execução dos testes pelo período de 12(doze) meses, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | NOME DO MATERIAL  | CATMAT | UNIDADE | QUANTIDADE | SIAFÍSICO | DESCRIÇÃO TÉCNICA   |
|------|---|--------|---------|------------|-----------|---|
| 1    | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Ácido Úrico;Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste; | 331748 | Teste   | 4000       | 131661-3  | ÁCIDO ÚRICO - determinação enzimática de ponto final, faixa de leitura visível, com padrão, instruções para uso, execução automação, kit com 100 a 500 testes, validade do produto após a entrega de no mínimo 6 (seis) meses, rotulo contendo nº de lote, data de fabricação/ validade, temperatura de estocagem |
| 2    | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De   | 331742 | Teste   | 2300       | 64910     | ALBUMINA : para determinação colorimétrica, de ponto final, faixa de leitura visível, metodologia por verde de bromocresol,m reagente principal líquido, para determinação soro, execução automática, bula com manual de instruções, embalagem de acordo com a  |

|   |   |        |       |      |         |   |
|---|---|--------|-------|------|---------|---|
|   | Albumina;Método:<br>Colorimétrico De Ponto Final;Apresentação: Teste;   |        |       |      |         | legislação vigente, rotulo contendo nº do lote, prazo de validade, temperatura de estocagem, entrega programada, validade do material, após entrega de no mínimo 1 ano, linearidade ate 7G/DL.  |
| 3 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Bilirrubina Direta;Método: Fotométrico De Ponto Final; Apresentação: Teste; | 336253 | Teste | 9600 | 64288-6 | BILIRRUBINA DIRETA :<br>colorimétrica, de ponto final, faixa de leitura visível, metodologia acido suilfanílico diazotado liquido, não acompanha padrão, soro e ou plasma, execução automação, para determinações de 100 a 500 testes , com bula , embalagem de acordo com a legislação vigente, rotulo contendo nº de lote, data de validade com entrega programada, validade do material após entrega de no mínimo 1 ano.           |
| 4 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Bilirrubina Total;Método: Fotométrico De Ponto Final; Apresentação: Teste;  | 336250 | Teste | 9600 | 64289-4 | BILIRRUBINA TOTAL :<br>colorimétrico, de ponto final, faixa de leitura visível, metodologia acido sulfanilico diazotado, liquido, não acompanha padrão, soro e ou plasma, execução automática, para determinações de 100 a 500 testes, com bula, embalagem de acordo com legislação vigente, rotulo contendo nº de lote, data de fabricação e validade com entrega programada, validade do material, após entrega de no mínimo 1 ano. |
|   |   |        |       |      |         | CREATININA :<br>colorimétrico, de reação de ponto final , faixa de leitura visível, metodologia picrato alcalino sem desproteïnização, pronto para uso, acompanha padrão,   |



|   |   |        |       |      |         |  |
|---|---|--------|-------|------|---------|--|
| 5 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Creatinina;Método: Cinético Colorimétrico De Ponto Final;Apresentação: Teste; | 333335 | Teste | 6500 | 64294-0 | para determinação em soro, plasma e urina, automatizado, com bula com especificações detalhadas, embalagem de acordo com a legislação vigente, rotulo contendo nº de lote, data de fabricação, validade, procedência, validade do material após entrega de no mínimo 01 ano.   |
| 6 | Tipo: Conjunto Completo; Tipo De Análise: Quantitativo De Glicose; Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final;Apresentação: Teste;               | 331408 | Teste | 2300 | 87253-9 | GLICOSE : determinação enzimática , cinética, faixa de leitura 340 a 383 NM, metodologia glicose oxidase, reagente principal liquido, acompanha padrão, para determinação em soro, plasma e urina, execução automática, para determinações de ate 500 testes por kit , com bula, rotulo contendo nº de lote, data de fabricação/ validade, validade do produto após entrega de no mínimo, 6 meses. |
| 7 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Magnésio;Método: Colorimétrico De Ponto Final;Apresentação: Teste;            | 331738 | Teste | 4400 | 87053-6 | MAGNÉSIO : para determinação colorimétrica, de ponto final, faixa de leitura 600 a 510 NM, metodologia Magon sulfonado, reagente principal líquido, acompanha calibradores, ensaio em soro, plasma , urina, automatizado, para determinações de até 500 testes, com bula, rotulo contendo nº de lote, data de fabricação, etc. validade do material após entrega de no mínimo seis meses.          |
|   |   |        |       |      |         | PROTEÍNA C REATIVA: para calibração de proteína C reativa ultra-sensível, método turbidimetrico, utiliza como suporte partículas de látex recobertas com   |

|    |   |        |       |      |          |  |
|----|---|--------|-------|------|----------|--|
| 8  | Tipo: Conjunto Completo;<br>Tipo De Análise:<br>Quantitativo De Proteína<br>"C" Reativa; Método:<br>Imunoturbidimetria;<br>Características Adicionais:<br>Ultra Sensível;<br>Apresentação: Teste; | 380524 | Teste | 5400 | 203692-4 | anticorpo antiproteína<br>c humana, leitura final<br>em 540, execução<br>automática, em soro,<br>determinação<br>quantitativa, 60 ml<br>/mg, acompanha<br>padrão,<br>validade mínima após<br>entrega de 12 meses a<br>partir da data de<br>entrega no<br>almoxarifado, o<br>material deve ser<br>conservado em<br>refrigeração de 2° a<br>8°C, acompanha bula,<br>em frasco apropriado<br>para o produto,<br>contendo rotulo/ data<br>de fabricação. |
| 9  | Tipo: Conjunto Completo<br>Para Automação; Tipo De<br>Análise: Quantitativo De<br>Proteínas Totais; Método:<br>Colorimétrico De Ponto<br>Final; Apresentação: Teste;                              | 350233 | Teste | 2300 | 64912-0  | PROTEÍNA TOTAL :<br>determinação<br>colorimétrica, reação<br>de ponto final, faixa<br>de leitura visível,<br>metodologia por<br>biureto, líquido, soro<br>execução<br>automatizada, com<br>bula com rotulo<br>contendo nº de lote,<br>data de fabricação,<br>validade, temperatura<br>de estocagem ,<br>procedência, validade<br>do material após<br>entrega de no mínimo<br>01 ano, linearidade ate<br>12 g/dl .                                    |
| 10 | Tipo: Conjunto Completo;<br>Tipo De Análise:<br>Quantitativo De Proteínas<br>No Líquor E Urina; Método:<br>Colorimétrico/Vermelho De<br>Pirogalol; Apresentação:<br>Teste;                        | 471865 | Teste | 1200 | 113726-3 | PROTEÍNA<br>URINÁRIA: reagente<br>para dosagem de<br>proteína urinária,<br>reação colorimétrica<br>com PYROGALOL,<br>execução automática,<br>determinação<br>quantitativa de<br>proteína urinária,<br>cassetes pronto para<br>uso, validade mínima<br>após a entrega de 06<br>meses, rotulo com nº<br>de lote, data de<br>fabricação , validade,<br>procedência.   |
|    | Tipo: Conjunto Completo   |        |       |      |          | URÉIA: enzimática,<br>cinética, faixa de<br>leitura UV,<br>metodologia GLDH,<br>liofilizado, sem<br>padrão ,soro,<br>automática, para<br>determinações e testes  |

|    |  |        |       |      |         |   |
|----|--|--------|-------|------|---------|---|
| 11 | Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Uréia;Método: Cinético Uv; Apresentação: Teste;  | 334466 | Teste | 6500 | 64314-9 | , com bula, embalagem de acordo com a legislação vigente, rótulo contendo número de lote , data de fabricação e validade, entrega programada, validade do material após entrega de no mínimo 1 ano.   |
| 12 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Cálcio;Método: Colorimétrico De Ponto Final;Apresentação: Teste;                               | 331741 | Teste | 3500 | 64295-9 | CÁLCIO: técnica colorimétrica, de reação de ponto final, faixa de leitura visível, metodologia cresoltaleína, líquido, soro e plasma , execução automatizado, com bula com informações detalhadas, embalagem de acordo com a legislação vigente, rotulo contendo nº de lote, data de fabricação, validade, procedência, valida do material após a entrega de no mínimo 01 ano |
| 13 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Creatinofosfoquinase (Cpk); Método: Cinético Colorimétrico De Ponto Final;Apresentação: Teste; | 333453 | Teste | 700  | 64923-6 | CK: enzimático, cinético, faixa de leitura UV, metodologia DGKC, liofilizado, sem padrão, soro, plasma heparinizado ou EDTA, execução automática, para determinações de 100 a 500 testes, com bula, embalagem de acordo com a validade, entrega programada, validade do material após entrega de no mínimo 01 ano após a data de entrega, linearidade até 1200 U /L.          |
| 14 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Ck-Mb;Método: Cinético Uv; Apresentação: Teste;  | 375562 | Teste | 700  | 64677-8 | CKMB: imunoenzimática, cinética, U.V., metodologia com NAC ATIVADO , monoreativo, soro, execução automatizado, bula com instruções de uso, embalagem de acordo com a legislação vigente, rotulo contendo nº de lote, prazo de validade,   |

|    |  |        |       |      |         |  |
|----|--|--------|-------|------|---------|--|
|    |  |        |       |      |         | temperatura de estocagem, procedência, validade do material após a entrega de no mínimo 06 meses   |
| 15 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Ast /Tgo;Método: Cinético Colorimétrico De Ponto Final;Apresentação: Teste;  | 331746 | Teste | 5400 | 64301-7 | TGO: enzimática, cinética, faixa de leitura U. V., metodologia consumo de substrato, reagente principal pronto para uso, soro, automatizado com bula com especificações detalhadas, embalagem de acordo com a legislação vigente, rotulo contendo nº de lote, data de fabricação, validade do material após a entrega de no mínimo 01 ano.                                     |
| 16 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Alt /Tgp;Método: Cinético Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste; | 331747 | Teste | 5400 | 64303-3 | TGP: enzimática, consumo de substrato, faixa de leitura U. V . metodologia, cinética reagente principal pronto para uso, soro , execução automatizado, com bula, com especificações detalhadas, embalagem de acordo com a legislação vigente , rotulo contendo nº de lote, data de fabricação, validade, procedê4ncia, validade do material após entrega de no mínimo 01 ano . |
| 17 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Desidrogenase Láctica; Método: Cinético Uv; Apresentação: Teste;             | 334465 | Teste | 5000 | 64682-2 | DESIDROGENASE LÁCTICA (DHL) : determinação, enzimática, reação cinética, faixa de leitura U . V., metodologia de acordo com especificações da SFBC, monoretivo, soro execução automatizado, bula com instruções de4 uso, embalagem de acordo com a legislação vigente, rotulo contendo nº de lote, prazo de validade, temperatura de estocagem,                                |

|    |  |        |       |      |         |   |
|----|--|--------|-------|------|---------|---|
|    |  |        |       |      |         | procedência, validade do material após entrega de no mínimo 01 ano, linearidade até 1000 U/L.   |
| 18 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Sódio;Método: Potenciometria; Apresentação: Teste;                           | 369996 | Teste | 5000 | 4493486 | SÓDIO: determinação de dosagem de sódio em soro e urina, com frascos com reagente tampão, dosagem por eletrodo íon seletivo, rotulo com data de validade, número de lote, acondicionamento e bula   |
| 19 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Potássio;Método: Potenciometria; Apresentação: Teste;                        | 382448 | Teste | 5000 | 4493478 | POTÁSSIO: determinação por eletrodo, método íon seletivo, modo de reação eletrodo íon seletivo, técnica eletrodo íon seletivo, volume máximo de frascos com 01 litro, estocagem na temperatura ambiente, automação aparelhos automáticos e semi-automáticos, rotulagem com número do lote, data de fabricação e validade, bula, reagente principal pronto para uso, reconstituição com não, para determinação em soro e urina, anticoagulante não, volume total do kit de acordo com aparelho especificado, número de reagentes do kit 1 até 3 reagentes, presença de padrão sim. |
| 20 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Lactato;Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final;Apresentação: Teste; | 368924 | Teste | 2500 | 4261640 | LACTATO : Reagente para Dosagem de Lactato; Ensaio Colorimetrico Enzimatico de Ponto Final; Enzimatica, Com Leitura 552/659 Nanometros; Reagente Principal Doador de Hidrogenio, Ascorbato Oxidase, Aminoantipirina, Lactato Oxidase; Execucao Compativel Com Equipamento Cobas C111; Material Biológico Plasma Com Fluoreto e  |

|    |  |        |       |     |         |  |
|----|--|--------|-------|-----|---------|--|
|    |  |        |       |     |         | Oxalato; Kit Contendo Kit Com 100 Testes (2 Frascos Com 50 Testes Em Cada Kit); Validade Minima Apos Entrega de 12 Meses; Rotulo Com Data de Fabricacao /validade, Numero de Lote,;  |
| 21 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação; Tipo De Análise: Quantitativo De Amilase; Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste | 331734 | Teste | 400 | 64315-7 | AMILASE: reagente para Dosagem de Amilase; Enzimático; Cinética; Faixa de Leitura Visível; Metodologia Por Cnp; Pronto para Uso; Soro e Urina; Execução Automática; para Determinações de 100 a 500 Testes; Com Bula; Embalagem de Acordo Com a Legislação Vigente; Rotulo Contendo Numero de Lote, Data de Fabricacao e Validade; Entrega Programada; Validade do Material Apos a Entrega de No Mínimo 1 Ano; |

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 15 (quinze) dias corridos contados do (a) emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

1. A empresa licitante vencedora deverá fornecer todos os itens constantes do grupo 01, considerando os itens de 01 a 21, colocando à disposição do Laboratório Clínico do Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros, em regime de comodato equipamento com até 5 (cinco) anos de fabricação devidamente comprovada, por ocasião da contratação, através de certificado ou declaração(ões) do(s) fabricante(s), apresentando as seguintes características:

- Capacidade igual ou superior a 450 testes por hora com ise
- Incluir determinações de Sódio (Na), Potássio (K), no mesmo aparelho através de sensor/ eletrodo, detectando a diferença por sinal iônico, com calibração automática.
- Deverá ser totalmente automatizado e multicanal, com calibração programável conforme critério do operador e necessidade do reagente, não havendo necessidade de calibração diária.
- Volume de amostra máxima de 150 ul, pipetagem no copo de amostra.
- Ser randômico.
- Os reagentes deverão serem prontos para uso ou preparados pelo próprio equipamento, sem qualquer manipulação de preparo para uso. Os reagentes e o equipamento deverão ser da mesma marca para garantir a eficiência do controle de qualidade. O aparelho deverá ter cubetas descartáveis, sendo repostas pela empresa licitante.
- Voltagem 110V e 220V.
- Impressora externa obrigatória, acoplada ao equipamento, imprimir laudos com valores de referência e identificação completa do paciente, pronto para serem liberados.
- Teclado alfa-numérico para cadastro de pacientes.

- Tecnologia química seca ou química úmida em um único módulo, com software acoplado.
- Deverá possuir como metodologia imunoturbidimetria e fotometria.
- Deverá realizar diluição automática das amostras.
- Interfaceamento bi-direcional.
- A licitante deverá apresentar para o equipamento cedido, tecnologia compatível com o sistema do Laboratório.
- A licitante deverá fornecer equipamento interfaceável, será responsável pelas despesas de implantação e monitoramento do programa de interfaceamento com o software utilizado pelo hospital.
- Todos os reagentes deverão possuir registro no Ministério da Saúde.
- Troca de lote (geração ou qualquer outra amostra denominação que venha ter) dos reagentes deverá ser mantida pelo mínimo de 04 (quatro) meses, para todos os analitos.
- Os equipamentos deverão possuir: tipos de amostras a serem dosados no soro, plasma, urina e líquidos biológicos.
- Possibilidade de processamento de amostra em tubos primários e microcopos para micro amostras.
- Possua a capacidade de realizar o controle de qualidade em 02 níveis, normal e patológico.
- Acesso para análise de emergência priorizada e realizada imediatamente, sem interrupção da lista de trabalho, com no mínimo 09 posições.

2. A licitante deverá fornecer todos os acessórios pertinentes – tais como cubetas, agulhas, bobina para impressora, filtros de qualquer espécie, sistema completo de purificação de água (quando aplicável) ou entrega de água de acordo com a necessidade do equipamento e fluídos de manutenção do equipamento (detergentes ou similares e tampões) copos de amostra pediátrica e adulta descartáveis, sem ônus para o Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros, e em quantidade suficiente para realizar o número de testes adquiridos.

3. A licitante deverá fornecer para todos os testes adquiridos o conjunto dos insumos necessários para a realização dos mesmos – tais como calibradores e controles normal e patológico, em quantidade suficiente para a realização do número de testes adquiridos. Os reagentes utilizados para calibrações e controles deverão ser repostos, ou seja, não deverão ser considerados como testes realizados.

4. Todos os itens deverão apresentar: validade após a entrega dos produtos com no mínimo de 06 (seis) meses da entrega, bula com instruções de uso, rótulo contendo número do lote, data de fabricação e validade do produto e temperatura de estocagem.

5. A manutenção dos equipamentos deverá ser feita no período de 10 horas após solicitações escritas e verbais, feitas pelo setor competente, sem ônus para o Hospital. De maneira ininterrupta durante 24 horas todos os dias da semana. Na eventual troca de equipamento, as despesas ocorrerão por conta da empresa licitante vencedora, no prazo máximo de 12 (doze) horas. Em caso de necessidade de manutenção corretiva que ultrapasse o prazo estipulado, as despesas ocorrerão por conta da empresa contratada. Deverá se realizada a manutenção preventiva semestral, comprovada através de planilha com a devida programação, por ocasião da contratação.

6. O equipamento deve acompanhar NO BREAK com autonomia de no mínimo 30 minutos, de forma a garantir o pleno funcionamento do aparelho.

7. Manual técnico e operacional impresso em português.

8. Software que permita a realização de gráficos de controle de qualidade tipo Levey-Jennings.

9. Realizar curso de treinamento inicial, retreinamento e reciclagem aos funcionários em seu horário de trabalho.

10. A Empresa vencedora deverá manter o equipamento e fornecer o conjunto de insumos necessários como calibradores e controles normal e patológico para a realização dos testes dessa unidade até o término dos reagentes.

11. Os reagentes deverão ser de metodologia igual ou superior ao solicitado no Termo Referência.

12. Todos os itens deverão ser entregue conforme cronograma deste termo de referência, e ajustes após o empenho do contrato.

Bioquímica com cessão de uso gratuito e instalação de toda a aparelhagem automática para completa execução dos testes no período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades do Laboratório do Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros.

**1.1) ÁCIDO ÚRICO** - determinação enzimática de ponto final, faixa de leitura visível, com padrão, instruções para uso, execução automação, kit com 100 a 500 testes.

QUANTIDADE: 4000 TESTES

**1.2) ALBUMINA** : para determinação colorimétrica, de ponto final, faixa de leitura visível, metodologia por verde de bromocresol, m reagente principal líquido, para determinação soro, execução automática, linearidade ate 7G/DL.

QUANTIDADE: 2300 TESTES

**1.3) BILIRRUBINA DIRETA** : colorimétrica, de ponto final, faixa de leitura visível, metodologia acido sulfanílico diazotado liquido, não acompanha padrão, soro e ou plasma, execução automação, para determinações de 100 a 500 testes.

QUANTIDADE: 9600 TESTES



**1.4) BILIRRUBINA TOTAL** : colorimétrico, de ponto final, faixa de leitura visível, metodologia ácido sulfanílico diazotado, líquido, não acompanha padrão, soro e ou plasma, execução automática, para determinações de 100 a 500 testes.

QUANTIDADE: 9600 TESTES

**1.5) CREATININA** : colorimétrico, de reação de ponto final , faixa de leitura visível, metodologia picrato alcalino sem desproteinização, pronto para uso, acompanha padrão, para determinação em soro, plasma e urina, automatizado.

QUANTIDADE: 6500 TESTES

**1.6) GLICOSE** : determinação enzimática , cinética, faixa de leitura 340 a 383 NM, metodologia glicose oxidase, reagente principal líquido, acompanha padrão, para determinação em soro, plasma e urina, execução automática.

QUANTIDADE: 2300 TESTES

**1.7) MAGNÉSIO** : para determinação colorimétrica, de ponto final, faixa de leitura 600 a 510 NM, metodologia Magon sulfonado, reagente principal líquido, acompanha calibradores, ensaio em soro, plasma , urina, automatizado.

QUANTIDADE: 4400 TESTES

**1.8) PROTEÍNA C REATIVA:** para calibração de proteína C reativa ultra-sensível, método turbidimétrico, utiliza como suporte partículas de látex recobertas com anticorpo antiproteína c humana, leitura final em 540, execução automática, em soro, determinação quantitativa, 60 mal/mg, acompanha padrão.

QUANTIDADE: 5400 TESTES

**1.9) PROTEÍNA TOTAL** : determinação colorimétrica, reação de ponto final, faixa de leitura visível, metodologia por biureto, líquido, soro execução automatizada, linearidade até 12 g/dl .

QUANTIDADE: 2300 TESTES

**1.10) PROTEÍNA URINÁRIA:** reagente para dosagem de proteína urinária, reação colorimétrica com PYROGALOL, execução automática, determinação quantitativa de proteína urinária, cassetes pronto para uso.

QUANTIDADE: 1200 TESTES

**1.11) URÉIA:** enzimática, cinética, faixa de leitura UV, metodologia GLDH, liofilizado, sem padrão ,soro, automática, para determinações e testes.

QUANTIDADE: 6500 TESTES

**1.12) CÁLCIO:** técnica colorimétrica, de reação de ponto final, faixa de leitura visível, metodologia cresolftaleína, líquido, soro e plasma , execução automatizado.

QUANTIDADE: 3500 TESTES

**1.13) CK:** enzimático, cinético, faixa de leitura UV, metodologia DGKC, liofilizado, sem padrão, soro, plasma heparinizado ou EDTA, execução automática, linearidade até 1200 U/L.

QUANTIDADE: 700 TESTES

**1.14) CKMB:** imunoenzimática, cinética, U.V., metodologia com NAC ATIVADO , monoreativo, soro, execução automatizado.

QUANTIDADE: 700 TESTES

**1.15) TGO:** enzimática, cinética, faixa de leitura U. V., metodologia consumo de substrato, reagente principal pronto para uso, soro, automatizado com bula com especificações detalhadas.

QUANTIDADE: 5400 TESTES

**1.16) TGP:** enzimática, consumo de substrato, faixa de leitura U. V . metodologia, cinética reagente principal pronto para uso, soro ,execução automatizado.

QUANTIDADE: 5400 TESTES

**1.17) DESIDROGENASE LÁCTICA (DHL)** : determinação, enzimática, reação cinética, faixa de leitura U . V., metodologia de acordo com especificações da SFBC, monoreativo, soro execução automatizado, linearidade até 1000 U/L.

QUANTIDADE: 5000 TESTES

**1.18) SÓDIO:** Teste Bioquímico Por Eletrodo Seletivo; para Dosagem de Sódio; Soluções Eletrolíticas e Eletrodos Compatíveis Com Analisador de Íons por metodologia seletiva; validade do produto após a Entrega de no mínimo 06 (seis) meses; a apresentação do produto devera estar de acordo nome do produto, número de lote, data de fabricação/validade, composição e procedência;

QUANTIDADE: 5000 TESTES

**1.19) POTÁSSIO:** Teste Bioquímico Por Eletrodo Seletivo; para Dosagem de Potassio; Solucao Eletrolitica e Eletrodo de Potassio Compativel C /analisador de Ions Por Metodologia Seletiva; Validade do Produto Apos a Entrega de No Minimo 06 (seis) Meses; a Apresentacao do Produto Deveraestar de Acordo Com a Legislacao Vigente; Kit Com Eletrodo de Potassio e Solucoes Eletroliticas Necessarias para a Dosagem; Rotulo Contendo Nome do Produto, Numero de Lote, Data de Fabricacao/validade, Composicao e Procedencia;

QUANTIDADE: 5000 TESTES

**1.20) LACTATO :** Reagente para Dosagem de Lactato; Ensaio Colorimetrico Enzimatico de Ponto Final; Enzimatica, Com Leitura 552/659 Nanometros; Reagente Principal Doador de Hidrogenio, Ascorbato Oxidase, Aminoantipirina, Lactato Oxidase; Material Biológico Plasma Com Fluoreto e Oxalato.

QUANTIDADE: 2500 TESTES

**1.21) AMILASE:** Reagente para Dosagem de Amilase; Enzimatico; Cinetica; Faixa de Leitura Visivel; Metodologia Por Cnp; Pronto para Uso; Soro e Urina; Execucao Automatica.

QUANTIDADE: 400 TESTES

**Proposta Inicial do Cronograma**

|            | Mês      | Quantidade de Testes |
|------------|----------|----------------------|
| 1ª entrega | Maio     | 10.000               |
| 2ª entrega | Junho    | 10.000               |
| 3ª entrega | Julho    | 10.000               |
| 4ª entrega | Agosto   | 10.000               |
| 5ª entrega | Setembro | 10.000               |
| 6ª entrega | Outubro  | 10.000               |
| 7ª entrega | Novembro | 10.000               |
| 8ª entrega | Dezembro | 17.700               |

Este cronograma poderá sofrer alteração após o empenho.

**2. Fundamentação da contratação**

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**3. Descrição da solução**

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias corridos, contados do (a) data de emissão da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Celso Garcia, 2.477 – São Paulo, no Setor do Laboratório, apenas em dias úteis, sendo de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 15:00h.

5.4. O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6. Os bens que apresentarem vício ou defeito no período de validade deverão ser substituídos por outros em adequadas condições higiênico sanitárias e de consumo.

5.7. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da efetiva notificação pela Contratante.

5.8. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.9. Os bens deverão ser entregues embalados, conforme praxe do fabricante, de forma a não ser danificado durante a operação de transporte, carga e descarga, assinalando-se na embalagem marca, destino, número de licença de importação, ou documento equivalente, quando for o caso, e as demais características que os identifiquem. A licitante vencedora arcará com todos os custos, deixando-o pronto para uso.

5.10. Correrá por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento.

5.11. Imediatamente após a entrega, a empresa contratada deverá realizar a instalação dos bens. Imediatamente após a instalação, a contratada deverá ministrar treinamento operacional in loco a equipe de profissionais da unidade de saúde que será responsável pela manipulação do bem entregue, sem ônus à Contratante. Se necessário, o treinamento deverá ser repetido de forma a garantir a usabilidade correta do equipamento.

5.12. O prazo para conclusão dos serviços elencados no subitem 5.11 será de 10 (dez) dias úteis.

5.12.1. A contratada deverá fornecer todos os insumos necessários para realização dos treinamentos.

5.12.2. Todo o treinamento será nas instalações da Unidade Hospitalar onde o bem entregue será instalado, o qual disponibilizará os espaços físicos e recursos audiovisuais necessários para realização dos treinamentos.

5.12.3. A contratada deverá arcar com todas as despesas inerentes ao deslocamento de seu pessoal técnico necessário à realização dos treinamentos.

5.12.4. A contratada deverá prover treinamento de aplicação/operacional aos grupos de profissionais do Laboratório do Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros (técnicos de laboratório, auxiliares de laboratório e biólogos), conforme agenda estabelecida pelo serviço de saúde, para os bens entregues, conforme aplicável.

5.12.5. A contratada deverá prover treinamento de revisão para o bem ofertado, a critério da Contratante, após realização do primeiro treinamento, conforme agenda prévia a ser definida entre contratada e a Unidade Hospitalar, no mesmo formato do primeiro treinamento.

5.12.6. Após a conclusão do treinamento, a contratada deve emitir certificado de participação para o pessoal treinado, informando que foi concluído o programa de capacitação. O índice de aproveitamento no treinamento e os critérios de avaliação dos participantes serão definidos em comum acordo com o contratante, porém será de responsabilidade da contratada efetuar o controle de presença dos participantes.

5.13. A contratada deverá prover durante todo o período de garantia suporte telefônico e presencial para esclarecimento de dúvidas de operação dos bens ofertados, operando de maneira ininterrupta 24 horas, todos os dias da semana.

5.14. No caso de atualizações, sendo necessário treinamentos adicionais, estes deverão ser executados pela contratada sem nenhum custo para o

contratante durante a vigência da garantia.

5.15. Todos os serviços de suporte devem ser prestados por profissionais idôneos que trabalhem para a contratada e o treinamento deve ser realizado por instrutores qualificados.

5.16. Todo treinamento e o completo manual impresso deve ser feito em língua portuguesa.

5.17. Os bens entregues deverão apresentar etiqueta fixada contendo: identificação do fabricante data de fabricação, número de série e campo para preenchimento da data de entrega.

5.18. As peças substituídas no período da garantia deverão ser novas e originais do fabricante, sem ônus adicionais ao contratante.

5.19. A garantia deverá ser prestada no local onde o objeto for instalado/alocado. Quando houver necessidade do mesmo ser enviado a assistência técnica do fabricante/empresa, os custos de transporte para retirada e devolução ficarão a cargo da contratada, sem nenhum ônus a contratante.

ser feitas no período de 5.20. As eventuais intervenções, manutenções realizadas no período de garantia deverão até 10 horas após solicitações escritas ou verbais, feitas após o chamado da unidade, por qualquer meio disponível, sem ônus para o Hospital.

5.21. No período de garantia é admitida a troca do objeto defeituoso por outro igual ou de tecnologia superior, desde que aprovado pela contratante.

5.22. A contratada deverá garantir que os profissionais da Assistência Técnica são qualificados e possuem os treinamentos para prestação dos serviços, conforme preconizado pelo fabricante.

5.23. Os trabalhos programados devem ser realizados em períodos predeterminados e previamente acordados entre contratada e a Unidade Hospitalar.

5.24. Todas as atividades referentes à Assistência Técnica deverão ser registradas em Relatório Técnico, que deverá ser entregue em duas vias à contratante.

5.25. A contratada será responsável pela retirada e descarte dos materiais e resíduos gerados durante a intervenção técnica do objeto, atendendo a leis vigentes e sob supervisão do Setor/Unidade de Infraestrutura da contratante.

5.26. Quando houver necessidade de importação de alguma peça ou componente necessário para manutenção do objeto do contrato, desde que devidamente comprovado e justificado, o prazo para devolução do equipamento consertado será de até 15 (quinze) dias úteis, o mesmo deverá ser imediatamente substituído por outro equipamento igual ou de tecnologia superior, aprovado pelo contratante.

5.27. A proponente deverá apresentar, imediatamente após o recebimento da nota de empenho, declaração indicando a empresa autorizada que prestará serviços de assistência técnica nesta Unidade, durante e posterior à garantia. Os serviços de assistência técnica e reposição de peças serão prestados exclusivamente pelo fabricante do equipamento, (durante e posterior à garantia), ou empresa por ele determinado.

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação), o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.7.2. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição

emitida pelo Contratado ( de 2023, art.17, Decreto estadual nº 68.220, III).

6.7.3. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

#### **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.9. Cabe à contratada cumprir as normas regulamentares sobre medicina e segurança do trabalho.

#### **Gestor do Contrato**

6.10. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

#### **Recebimento**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1. o prazo de validade;

7.9.2. a data da emissão;

7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. o valor a pagar; e

7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ( Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados , em relação ao atraso verificado. pro rata temporis.

### **Forma de pagamento**

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária

quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

#### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral. A proponente deverá mencionar na proposta comercial: procedência, fabricante, marca, modelo, nº do registro do produto na ANVISA, quando for o caso, descrição completa do produto ofertado.

#### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### Qualificação Econômica- Financeira

8. 21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor .



8.23. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.23.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.23.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.23.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.23.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.23.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Conforme preconiza a Instrução Normativa Seges/ME nº 73, de 2022, art. 12, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das PROPOSTAS.]

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado de São Paulo.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: SEI 024.00008117/2026-00

**GIZELE MAIOTTO GUARDIA**

Diretora Técnica de Saúde I



Assinou eletronicamente em 23/01/2026 às 10:53:20.

Despacho: SEI 024.00008117/2026-00

**ROSANA CORDEIRO PAREDES NEGRIZOLI**

Diretora Técnica de Saúde II



Assinou eletronicamente em 23/01/2026 às 10:55:39.

**CYNTHIA PARRAS**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 23/01/2026 às 11:33:52.*

ESP-UN. GESTAO ASSIST. IV-HOSP.MAT.L.M.BARROS

## Estudo Técnico Preliminar 27/2026

### 1. Informações Básicas

Número do processo: SEI 024.00008117/2026-00

### 2. Descrição da necessidade

A aquisição de material de consumo e reagentes para análise automática dos exames da Bioquímica, com cessão do equipamento em regime de comodato pelo período de 12(doze) meses, para o Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros é necessária para dar continuidade dos serviços deste Laboratório, sabendo que o objeto a ser contratado é de extrema importância no atendimento aos pacientes internados (adulto e neonatos) como também aos pacientes atendidos em Pronto Atendimento, em urgência e emergência, em caráter de pronta realização durante vinte quatro horas ao dia. Essa rotina está estabelecida para atender a demanda desta unidade em que os nascimentos e/ou internações com patologias graves ocorrem em qualquer período. Considerando ainda a importância da continuidade e do pleno exercício dos serviços oferecidos pelo Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros - HMLMB, a continuidade da realização dos exames laboratoriais é condição para suprir as necessidades desta Unidade na quantidade e qualidade para a perfeita e total execução dos serviços rotineiros do hospital, especialmente junto ao setor de Laboratório de Análises Clínicas, com fim no auxílio diagnóstico clínico e na contribuição do melhor atendimento aos pacientes internados e ambulatoriais.

Esta automação garantirá um resultado com critérios exigidos pela ANVISA, permitindo uma avaliação metabólica para cada perfil de paciente atendido por esta unidade, num menor tempo, além do seguimento pós-intervenção realizada. A automação diminui em muito os erros decorrentes de uma pipetagem manual, além de consumir um volume de líquidos corpóreos (sangue, liquor, urina, etc.) muito baixo, indo de encontro com as necessidades da neonatologia.

Salientamos que os exames de CPK, CKMB e DHL estão sendo utilizados como marcadores cardíacos e Síndrome HELLP para atender ao Pronto Atendimento, UTI Materna, Berçário e Centro Cirúrgico/ Obstétrico.

### 3. Área requisitante

| Área Requisitante  | Responsável            |
|--|------------------------|
| Laboratório Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros | Gizele Maiotto Guardia |

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

#### GRUPO 01- BIOQUÍMICA

**AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA BIOQUÍMICA COM CESSÃO DE USO GRATUITO DE TODA APARELHAGEM AUTOMÁTICA NECESSÁRIA PARA COMPLETA EXECUÇÃO DOS TESTES.**

#### DESCRIÇÃO DOS ITENS DO GRUPO 01:

1. ÁCIDO ÚRICO
2. ALBUMINA

3. BILIRRUBINA DIRETA
4. BILIRRUBINA TOTAL
5. CREATININA
6. GLICOSE
7. MAGNÉSIO
8. PROTEÍNA C REATIVA
9. PROTEÍNA TOTAL
10. PROTEÍNA URINÁRIA
11. URÉIA
12. CÁLCIO
13. CK
14. CKMB
15. TGO
16. TGP
17. DESIDROGENASE LÁTICA (DHL)
18. SÓCIO
19. POTÁSSIO
20. LACTATO
21. AMILASE

Unidade: Teste

Total de Testes= Soma dos itens do 1 ao 21= 87.700

GRUPO 01 - BIOQUÍMICA

| ITEM | DESCRIÇÃO   | CÓDIGO | UNIDADE | QUANTIDADE | SIAFÍSICO | ESPECIFICACÃO TÉCNICA  |
|------|---|--------|---------|------------|-----------|--|
| 1    | Tipo: Conjunto Completo Para Automação; Tipo De Análise: Quantitativo De Ácido Úrico; Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste; | 331748 | Teste   | 4.000      | 131661-3  | ÁCIDO ÚRICO - determinação enzimática de ponto final, faixa de leitura visível, com padrão, instruções para uso, execução automação, kit com 100 a 500 testes, validade do produto após a entrega de no mínimo 6 (seis) meses, rotulo contendo nº de lote, data de fabricação/ validade, temperatura de estocagem.   |
| 2    | Tipo: Conjunto Completo Para Automação; Tipo De Análise: Quantitativo De Albumina; Método: Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste;               | 331742 | Teste   | 2.300      | 64910     | ALBUMINA : para determinação colorimétrica, de ponto final, faixa de leitura visível, metodologia por verde de bromocresol, m reagente principal líquido, para determinação soro, execução automática, bula com manual de instruções, embalagem de acordo com a legislação vigente, rotulo contendo nº do lote, prazo de validade, temperatura de estocagem, entrega |

|   |  |        |       |       |         |  |
|---|--|--------|-------|-------|---------|--|
|   |  |        |       |       |         | programada, validade do material, após entrega de no mínimo 1 ano, linearidade ate 7G/DL.  |
| 3 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Bilirrubina Direta; Método: Fotométrico De Ponto Final; Apresentação: Teste; | 336253 | Teste | 9.600 | 64288-6 | BILIRRUBINA DIRETA : colorimétrica, de ponto final, faixa de leitura visível, metodologia acido suilfanílico diazotado liquido, não acompanha padrão, soro e ou plasma, execução automação, para determinações de 100 a 500 testes , com bula , embalagem de acordo com a legislação vigente, rotulo contendo nº de lote, data de validade com entrega programada, validade do material após entrega de no mínimo 1 ano.           |
| 4 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Bilirrubina Total; Método: Fotométrico De Ponto Final; Apresentação: Teste;  | 336250 | Teste | 9.600 | 64289-4 | BILIRRUBINA TOTAL : colorimétrico, de ponto final, faixa de leitura visível, metodologia acido sulfanilico diazotado, liquido, não acompanha padrão, soro e ou plasma, execução automática, para determinações de 100 a 500 testes, com bula, embalagem de acordo com legislação vigente, rotulo contendo nº de lote, data de fabricação e validade com entrega programada, validade do material, após entrega de no mínimo 1 ano. |
| 5 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Creatinina;Método: Cinético  | 333335 | Teste | 6.500 | 64294-0 | CREATININA : colorimétrico, de reação de ponto final , faixa de leitura visível, metodologia picrato alcalino sem desproteínização, pronto para uso, acompanha padrão, para determinação em soro, plasma e urina, automatizado, com bula com especificações  |

|   |   |        |       |       |         |   |
|---|---|--------|-------|-------|---------|---|
|   | Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste;  |        |       |       |         | detalhadas, embalagem de acordo com a legislação vigente, rotulo contendo nº de lote, data de fabricação, validade, procedência, validade do material após entrega de no mínimo 01 ano.   |
| 6 | Tipo: Conjunto Completo;Tipo De Análise: Quantitativo De Glicose;Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste;      | 331408 | Teste | 2.300 | 87253-9 | GLICOSE : determinação enzimática , cinética, faixa de leitura 340 a 383 NM, metodologia glicose oxidase, reagente principal liquido, acompanha padrão, para determinação em soro, plasma e urina, execução automática, para determinações de ate 500 testes por kit, com bula, rotulo contendo nº de lote, data de fabricação/ validade, validade do produto após entrega de no mínimo, 6 meses. |
| 7 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Magnésio;Método: Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste; | 331738 | Teste | 4.400 | 87053-6 | MAGNÉSIO : para determinação colorimétrica, de ponto final, faixa de leitura 600 a 510 NM, metodologia Magon sulfonado, reagente principal líquido, acompanha calibradores, ensaio em soro, plasma , urina, automatizado, para determinações de até 500 testes, com bula, rotulo contendo nº de lote, data de fabricação, etc. validade do material após entrega de no mínimo seis meses.         |
|   | Tipo: Conjunto Completo;Tipo De Análise: Quantitativo De  |        |       |       |         | PROTEÍNA C REATIVA: para calibração de proteína C reativa ultra-sensível, método turbidimetrico, utiliza como suporte partículas de látex recobertas com anticorpo antiproteína c humana, leitura final em 540, execução automática, em soro, determinação  |

|    |   |        |       |       |          |   |
|----|---|--------|-------|-------|----------|---|
| 8  | Proteína "C" Reativa;<br>Método:<br>Imunoturbidimetria;<br>Características<br>Adicionais: Ultra<br>Sensível;<br>Apresentação: Teste;  | 380524 | Teste | 5.400 | 203692-4 | quantitativa, 60 ml<br>/mg, acompanha<br>padrão,<br>validade mínima após<br>entrega de 12 meses a<br>partir da data de<br>entrega no<br>almoxarifado, o<br>material deve ser<br>conservado em<br>refrigeração de 2° a<br>8°C, acompanha bula,<br>em frasco apropriado<br>para o produto,<br>contendo rotulo/ data<br>de fabricação.   |
| 9  | Tipo: Conjunto<br>Completo Para<br>Automação;Tipo De<br>Análise:<br>Quantitativo De<br>Proteínas Totais;<br>Método:<br>Colorimétrico De<br>Ponto Final;<br>Apresentação: Teste;   | 350233 | Teste | 2.300 | 64912-0  | PROTEÍNA TOTAL :<br>determinação<br>colorimétrica, reação<br>de ponto final, faixa<br>de leitura visível,<br>metodologia por<br>biureto, líquido, soro<br>execução<br>automatizada, com<br>bula com rotulo<br>contendo nº de lote,<br>data de fabricação,<br>validade, temperatura<br>de estocagem ,<br>procedência, validade<br>do material após<br>entrega de no mínimo<br>01 ano, linearidade ate<br>12 g/dl . |
| 10 | Tipo: Conjunto<br>Completo;Tipo De<br>Análise:<br>Quantitativo De<br>Proteínas No Líquor<br>E Urina;Método:<br>Colorimétrico<br>/Vermelho De<br>Pirgalol;<br>Apresentação: Teste; | 471865 | Teste | 1.200 | 113726-3 | PROTEÍNA<br>URINÁRIA: reagente<br>para dosagem de<br>proteína urinária,<br>reação colorimétrica<br>com PYROGALOL,<br>execução automática,<br>determinação<br>quantitativa de<br>proteína urinária,<br>cassetes pronto para<br>uso, validade mínima<br>após a entrega de 06<br>meses, rotulo com nº<br>de lote, data de<br>fabricação , validade,<br>procedência.  |
| 11 | Tipo: Conjunto<br>Completo Para<br>Automação;Tipo De<br>Análise:<br>Quantitativo De   | 334466 | Teste | 6.500 | 64314-9  | URÉIA: enzimática,<br>cinética,faixa de<br>leitura UV,<br>metodologia GLDH,<br>liofilizado, sem<br>padrão ,soro,<br>automática, para<br>determinações e testes<br>, com bula,<br>embalagem de acordo<br>com a legislação<br>vigente, rótulo<br>contendo número de   |



|    |  |        |       |       |         |   |
|----|--|--------|-------|-------|---------|---|
|    | Uréia;Método:<br>Cinético Uv;<br>Apresentação: Teste;  |        |       |       |         | lote , data de<br>fabricação e validade,<br>entrega programada,<br>validade do material<br>após entrega de no<br>mínimo 1 ano.  |
| 12 | Tipo: Conjunto<br>Completo Para<br>Automação;Tipo De<br>Análise:<br>Quantitativo De<br>Cálcio;Método:<br>Colorimétrico De<br>Ponto Final;<br>Apresentação: Teste;                                    | 331741 | Teste | 3.500 | 64295-9 | CÁLCIO: técnica<br>colorimétrico, de<br>reação de ponto final,<br>faixa de leitura visível,<br>metodologia<br>cresolftaleína,<br>liquido, soro e plasma<br>, execução<br>automatizado, com<br>bula com informações<br>detalhadas,<br>embalagem de acordo<br>com a legislação<br>vigente, rotulo<br>contendo nº de lote,<br>data de fabricação,<br>validade, procedência,<br>valida do material<br>após a entrega de no<br>mínimo 01 ano |
| 13 | Tipo: Conjunto<br>Completo Para<br>Automação;Tipo De<br>Análise:<br>Quantitativo De<br>Creatinofosfoquinase<br>(Cpk);Método:<br>Cinético<br>Colorimétrico De<br>Ponto Final;<br>Apresentação: Teste; | 333453 | Teste | 700   | 64923-6 | CK: enzimático,<br>cinético, faixa de<br>leitura UV,<br>metodologia DGKC,<br>liofilizado, sem<br>padrão, soro, plasma<br>heparinizado ou<br>EDTA, execução<br>automática, para<br>determinações de 100<br>a 500 testes, com bula,<br>embalagem de acordo<br>com a validade,<br>entrega programada,<br>validade do material<br>após entrega de no<br>mínimo 01 ano após a<br>data de entrega,<br>linearidade até 1200 U<br>/L.           |
| 14 | Tipo: Conjunto<br>Completo Para<br>Automação;Tipo De<br>Análise:<br>Quantitativo De Ck-<br>Mb;Método:<br>Cinético Uv;<br>Apresentação: Teste;  | 375562 | Teste | 700   | 64677-8 | CKMB:<br>imunoenzimática,<br>cinética, U.V.,<br>metodologia com<br>NAC ATIVADO ,<br>monoreativo, soro,<br>execução<br>automatizado, bula<br>com instruções de uso,<br>embalagem de acordo<br>com a legislação<br>vigente, rotulo<br>contendo nº de lote,<br>prazo de validade,<br>temperatura de<br>estocagem,<br>procedência, validade   |

|    |  |        |       |       |         |   |
|----|--|--------|-------|-------|---------|---|
|    |  |        |       |       |         | do material após a entrega de no mínimo 06 meses  |
| 15 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Ast /Tgo;Método: Cinético Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste; | 331746 | Teste | 5.400 | 64301-7 | TGO: enzimática, cinética, faixa de leitura U. V., metodologia consumo de substrato, reagente principal pronto para uso, soro, automatizado com bula com especificações detalhadas, embalagem de acordo com a legislação vigente, rotulo contendo nº de lote, data de fabricação, validade do material após a entrega de no mínimo 01 ano.  |
| 16 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Alt /Tgp;Método: Cinético Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste; | 331747 | Teste | 5.400 | 64303-3 | TGP: enzimática, consumo de substrato, faixa de leitura U. V . metodologia, cinética reagente principal pronto para uso, soro , execução automatizado, com bula, com especificações detalhadas, embalagem de acordo com a legislação vigente , rotulo contendo nº de lote, data de fabricação, validade, procedê4ncia, validade do material após entrega de no mínimo 01 ano .                              |
| 17 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Desidrogenase Láctica;Método: Cinético Uv; Apresentação: Teste;              | 334465 | Teste | 5.000 | 64682-2 | DESIDROGENASE LÁCTICA (DHL) : determinação, enzimática, reação cinética, faixa de leitura U . V., metodologia de acordo com especificações da SFBC, monoretivo, soro execução automatizado, bula com instruções de4 uso, embalagem de acordo com a legislação vigente, rotulo contendo nº de lote, prazo de validade, temperatura de estocagem, procedência, validade do material após entrega de no mínimo |

|    |   |        |       |       |         |   |
|----|---|--------|-------|-------|---------|---|
|    |   |        |       |       |         | 01 ano, linearidade até 1000 U/L.   |
| 18 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação; Tipo De Análise: Quantitativo De Sódio; Método: Potenciometria; Apresentação: Teste;                            | 369996 | Teste | 5.000 | 4493486 | SÓDIO: determinação de dosagem de sódio em soro e urina, com frascos com reagente tampão, dosagem por eletrodo íon seletivo, rotulo com data de validade, número de lote, acondicionamento e bula   |
| 19 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação; Tipo De Análise: Quantitativo De Potássio; Método: Potenciometria; Apresentação: Teste;                         | 382448 | Teste | 5.000 | 4492478 | POTÁSSIO: determinação por eletrodo, método íon seletivo, modo de reação eletrodo íon seletivo, técnica eletrodo íon seletivo, volume máximo de frascos com 01 litro, estocagem na temperatura ambiente, automação aparelhos automáticos e semi-automáticos, rotulagem com número do lote, data de fabricação e validade, bula, reagente principal pronto para uso, reconstituição com não, para determinação em soro e urina, anticoagulante não, volume total do kit de acordo com aparelho especificado, número de reagentes do kit 1 até 3 reagentes, presença de padrão sim. |
| 20 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação; Tipo De Análise: Quantitativo De Lactato; Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste; | 368924 | Teste | 2.500 | 4261640 | LACTATO : Reagente para Dosagem de Lactato; Ensaio Colorimetrico Enzimatico de Ponto Final; Enzimatica, Com Leitura 552/659 Nanometros; Reagente Principal Doador de Hidrogenio, Ascorbato Oxidase, Aminoantipirina, Lactato Oxidase; Execucao Compativel Com Equipamento Cobas C111; Material Biológico Plasma Com Fluoreto e Oxalato; Kit Contendo Kit Com 100 Testes (2 Frascos Com 50   |

|    |  |        |       |     |         |   |
|----|--|--------|-------|-----|---------|---|
|    |  |        |       |     |         | Testes Em Cada Kit);<br>Validade Minima<br>Apos Entrega de 12<br>Meses; Rotulo Com<br>Data de Fabricacao<br>/validade, Numero de<br>Lote.;  |
| 21 | Tipo: Conjunto<br>Completo Para<br>Automação;Tipo De<br>Análise:<br>Quantitativo De<br>Amilase;Método:<br>Enzimático<br>Colorimétrico De<br>Ponto Final;<br>Apresentação: Teste; | 331734 | Teste | 400 | 64315-7 | AMILASE: reagente<br>para Dosagem de<br>Amilase; Enzimatico;<br>Cinetica; Faixa de<br>Leitura Visivel;<br>Metodologia Por Cnp;<br>Pronto para Uso; Soro<br>e Urina; Execucao<br>Automatica; para<br>Determinacoes de 100<br>a 500 Testes; Com<br>Bula; Embalagem de<br>Acordo Com a<br>Legislacao Vigente;<br>Rotulo Contendo<br>Numero de Lote, Data<br>de Fabricacao e<br>Validade; Entrega<br>Programada; Validade<br>do Material Apos a<br>Entrega de No<br>Minimo 1 Ano; |

### **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

- A empresa licitante vencedora deverá fornecer todos os itens constantes do grupo 01, considerando os itens de 01 a 21, colocando à disposição do Laboratório Clínico do Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros, em regime de comodato equipamento com até 5 (cinco) anos de fabricação devidamente comprovada, por ocasião da contratação, através de certificado ou declaração(ões) do(s) fabricante(s), apresentando as seguintes características:
  - Capacidade igual ou superior a 450 testes por hora com ise
  - Incluir determinações de Sódio (Na), Potássio (K), no mesmo aparelho através de sensor/ eletrodo, detectando a diferença por sinal iônico, com calibração automática.
  - Deverá ser totalmente automatizado e multicanal, com calibração programável conforme critério do operador e necessidade do reagente, não havendo necessidade de calibração diária.
  - Volume de amostra máxima de 150 ul, pipetagem no copo de amostra.
  - Ser randômico.
  - Os reagentes deverão serem prontos para uso ou preparados pelo próprio equipamento, sem qualquer manipulação de preparo para uso. Os reagentes e o equipamento deverão ser da mesma marca para garantir a eficiência do controle de qualidade. O aparelho deverá ter cubetas descartáveis, sendo repostas pela empresa licitante.
  - Voltagem 110V e 220V.
  - Impressora externa obrigatória, acoplada ao equipamento, imprimir laudos com valores de referência e identificação completa do paciente, pronto para serem liberados.
  - Teclado alfa-numérico para cadastro de pacientes.
  - Tecnologia química seca ou química úmida em um único módulo, com software acoplado.
  - Deverá possuir como metodologia imunoturbidimetria e fotometria.
  - Deverá realizar diluição automática das amostras.
  - Interfaceamento bi-direcional.
  - A licitante deverá apresentar para o equipamento cedido, tecnologia compatível com o sistema do Laboratório.
  - A licitante deverá fornecer equipamento interfaceável, será responsável pelas despesas de implantação e monitoramento do programa de interfaceamento com o software utilizado pelo hospital.
  - Todos os reagentes deverão possuir registro no Ministério da Saúde.
  - Troca de lote (geração ou qualquer outra amostra denominação que venha ter) dos reagentes deverá ser mantida pelo mínimo de 06 (seis) meses, para todos os analitos.
  - Os equipamentos deverão possuir: tipos de amostras a serem dosados no soro, plasma, urina e líquidos biológicos.

- Possibilidade de processamento de amostra em tubos primários e microcopos para micro amostras.
- Possua a capacidade de realizar o controle de qualidade em 02 níveis, normal e patológico.
- Acesso para análise de emergência priorizada e realizada imediatamente, sem interrupção da lista de trabalho, com no mínimo 09 posições.

2. A licitante deverá fornecer todos os acessórios pertinentes – tais como cubetas, agulhas, bobina para impressora, sulfite, filtros de qualquer espécie, sistema completo de purificação de água (quando aplicável) ou entrega de água de acordo com a necessidade do equipamento e fluídos de manutenção do equipamento (detergentes ou similares e tampões) copos de amostra pediátrica e adulta descartáveis, sem ônus para o Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros, e em quantidade suficiente para realizar o número de testes adquiridos.

3. A licitante deverá fornecer para todos os testes adquiridos o conjunto dos insumos necessários para a realização dos mesmos – tais como calibradores e controles normal e patológico, em quantidade suficiente para a realização do número de testes adquiridos. Os reagentes utilizados para calibrações e controles deverão ser repostos, ou seja, não deverão ser considerados como testes realizados.

4. Todos os itens deverão apresentar: validade após a entrega dos produtos com no mínimo de 06 (seis) meses da entrega, bula com instruções de uso, rótulo contendo número do lote, data de fabricação e validade do produto e temperatura de estocagem.

5. A manutenção dos equipamentos deverá ser feita no período de 10 horas após solicitações escritas e verbais, feitas pelo setor competente, sem ônus para o Hospital. De maneira ininterrupta durante 24 horas todos os dias da semana. Na eventual troca de equipamento, as despesas ocorrerão por conta da empresa licitante vencedora, no prazo máximo de 12 (doze) horas. Em caso de necessidade de manutenção corretiva que ultrapasse o prazo estipulado, as despesas ocorrerão por conta da empresa contratada. Deverá se realizada a manutenção preventiva semestral, comprovada através de planilha com a devida programação, por ocasião da contratação.

6. O equipamento deve acompanhar NO BREAK de forma a garantir o pleno funcionamento do aparelho.

7. Manual técnico e operacional impresso em português.

8. Software que permita a realização de gráficos de controle de qualidade tipo Levey-Jennings.

9. Realizar curso de treinamento inicial, retreinamento e reciclagem aos funcionários em seu horário de trabalho.

10. A Empresa vencedora deverá manter o equipamento e fornecer o conjunto de insumos necessários, calibradores e controles normal e patológico para a realização dos testes dessa unidade até o término dos reagentes.

11. Os reagentes deverão ser de metodologia igual ou superior ao solicitado no termo referência.

12. A entrega dos reagentes e insumos ocorrerá de forma parcelada mensalmente de acordo com a necessidade de ressuprimento e a capacidade de armazenamento local, a mesmo deverá obedecer ao cronograma constante do contrato. O detalhamento do consumo dos reagentes laboratoriais para suprir a demanda do laboratório de análises clínicas do Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros, o cronograma da entrega parcelada e os quantitativos previstos em cada entrega estão disponibilizados neste documento.

#### **Proposta Inicial do Cronograma**

|            | <b>MÊS</b> | <b>QUANTIDADE DE TESTES</b> |
|------------|------------|-----------------------------|
| 1ª entrega | Maio       | 10.000                      |
| 2ª entrega | Junho      | 10.000                      |
| 3ª entrega | Julho      | 10.000                      |
| 4ª entrega | Agosto     | 10.000                      |
| 5ª entrega | Setembro   | 10.000                      |
| 6ª entrega | Outubro    | 10.000                      |
| 7ª entrega | Novembro   | 10.000                      |
| 8ª entrega | Dezembro   | 17.700                      |

Este cronograma poderá sofrer alteração conforme ajuste do empenho.

## 5. Levantamento de Mercado

A aquisição de reagentes com o comodato do equipamento é considerado o modelo viável, tendo em vista que as empresas vencedoras oferecem o equipamento para a realização dos exames com o compromisso de realizar as manutenções corretivas e preventivas sem custo adicional. A Seção de Compras fará o levantamento de mercado com ampla pesquisa através da solicitação de cotação e fornecedores referente ao quantitativo, insumos e cessão em comodato do equipamento de Bioquímica.

## 6. Descrição da solução como um todo

A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste documento, bem como assumir os riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

A entrega dos reagentes ocorrerá de forma parcelada mensalmente de acordo com a necessidade de ressuprimento e a capacidade de armazenamento local.

O detalhamento do consumo dos reagentes laboratoriais e insumos para suprir a demanda do laboratório de análises clínicas do Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros, o cronograma da entrega parcelada e os quantitativos previstos em cada entrega estão disponibilizados neste documento.

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local informadas neste documento.

A entrega deverá ser feita no Setor do Laboratório do Hospital maternidade Leonor Mendes e Barros de 2ª a 6ª feira no horário das 09 às 15 horas.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Todos os reagentes e exames realizados objetivam atender aos pacientes internados e Pronto Atendimento do Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros. As quantidades previstas foram definidas levando em consideração:

- Consumo médio mensal dos últimos 6(seis) meses;
- Quantidade em estoque;
- Acréscimo 10% como margem de segurança devido as dificuldades de logísticas e entrega em atraso.

| GRUPO 01 - BIOQUÍMICA |  |        |         |            |           |   |
|-----------------------|--|--------|---------|------------|-----------|---|
| ITEM                  | DESCRIÇÃO  | CÓDIGO | UNIDADE | QUANTIDADE | SIAFÍSICO | ESPECIFICACÃO TÉCNICA   |
| 1                     | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Ácido Úrico;Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final;Apresentação: Teste; | 331748 | Teste   | 4.000      | 131661-3  | ÁCIDO ÚRICO - determinação enzimática de ponto final, faixa de leitura visível, com padrão, instruções para uso, execução automação, kit com 100 a 500 testes, validade do produto após a entrega de no mínimo 6 (seis) meses, rotulo contendo nº de lote, data de fabricação/ validade, temperatura de estocagem.  |
| 2                     | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Albumina;Método: Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste;              | 331742 | Teste   | 2.300      | 64910     | ALBUMINA : para determinação colorimétrica, de ponto final, faixa de leitura visível, metodologia por verde de bromocresol,m reagente principal líquido, para determinação soro, execução automática, bula com manual de instruções, embalagem de acordo com a legislação vigente, rotulo contendo nº do lote, prazo de validade, temperatura de estocagem, entrega programada, validade do material, após entrega de no mínimo 1 ano, linearidade ate 7G/DL. |
| 3                     | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Bilirrubina Direta;Método: Fotométrico De Ponto Final; Apresentação: Teste;      | 336253 | Teste   | 9.600      | 64288-6   | BILIRRUBINA DIRETA : colorimétrica, de ponto final, faixa de leitura visível, metodologia acido suilfanílico diazotado liquido, não acompanha padrão, soro e ou plasma, execução automação, para determinações de 100 a 500 testes , com bula , embalagem de acordo com a legislação vigente, rotulo contendo nº de lote, data de validade com entrega programada, validade do material após entrega de no mínimo 1 ano.                                      |
|                       | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De   |        |         |            |           | BILIRRUBINA TOTAL : colorimétrico, de ponto final, faixa de leitura visível, metodologia acido sulfanilico diazotado, liquido, não acompanha padrão, soro e ou  |

|    |  |        |       |       |          |   |
|----|--|--------|-------|-------|----------|---|
| 4  | Análise: Quantitativo De Bilirrubina Total;Método: Fotométrico De Ponto Final; Apresentação: Teste;  | 336250 | Teste | 9.600 | 64289-4  | plasma, execução automática, para determinações de 100 a 500 testes, com bula, embalagem de acordo com legislação vigente, rotulo contendo nº de lote, data de fabricação e validade com entrega programada, validade do material, após entrega de no mínimo 1 ano.   |
| 5  | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Creatinina;Método: Cinético Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste;                     | 333335 | Teste | 6.500 | 64294-0  | CREATININA : colorimétrico, de reação de ponto final , faixa de leitura visível, metodologia picrato alcalino sem desproteínização, pronto para uso, acompanha padrão, para determinação em soro, plasma e urina, automatizado, com bula com especificações detalhadas, embalagem de acordo com a legislação vigente, rotulo contendo nº de lote, data de fabricação, validade, procedência, validade do material após entrega de no mínimo 01 ano.   |
| 6  | Tipo: Conjunto Completo; Tipo De Análise: Quantitativo De Glicose; Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste;                                   | 331408 | Teste | 2.300 | 87253-9  | GLICOSE : determinação enzimática , cinética, faixa de leitura 340 a 383 NM, metodologia glicose oxidase, reagente principal liquido, acompanha padrão, para determinação em soro, plasma e urina, execução automática, para determinações de ate 500 testes por kit, com bula, rotulo contendo nº de lote, data de fabricação/ validade, validade do produto após entrega de no mínimo, 6 meses.   |
| 7  | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Magnésio;Método: Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste;                                | 331738 | Teste | 4.400 | 87053-6  | MAGNÉSIO : para determinação colorimétrica, de ponto final, faixa de leitura 600 a 510 NM, metodologia Magon sulfonado, reagente principal líquido, acompanha calibradores, ensaio em soro, plasma , urina, automatizado, para determinações de até 500 testes, com bula, rotulo contendo nº de lote, data de fabricação, etc. validade do material após entrega de no mínimo seis meses.   |
| 8  | Tipo: Conjunto Completo; Tipo De Análise: Quantitativo De Proteína "C" Reativa;Método: Imunoturbidimetria; Características Adicionais: Ultra Sensível;Apresentação: Teste; | 380524 | Teste | 5.400 | 203692-4 | PROTEÍNA C REATIVA: para calibração de proteína C reativa ultra-sensível, método turbidimetrico, utiliza como suporte partículas de látex recobertas com anticorpo antiproteína c humana, leitura final em 540, execução automática, em soro, determinação quantitativa, 60 mal/mg, acompanha padrão, validade mínima após entrega de 12 meses a partir da data de entrega no almoxarifado, o material deve ser conservado em refrigeração de 2° a 8°C, acompanha bula, em frasco apropriado para o produto, contendo rotulo/ data de fabricação. |
| 9  | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Proteínas Totais;Método: Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste;                        | 350233 | Teste | 2.300 | 64912-0  | PROTEÍNA TOTAL : determinação colorimétrica, reação de ponto final, faixa de leitura visível, metodologia por biureto, líquido, soro execução automatizada, com bula com rotulo contendo nº de lote, data de fabricação, validade, temperatura de estocagem , procedência, validade do material após entrega de no mínimo 01 ano, linearidade ate 12 g/dl .   |
| 10 | Tipo: Conjunto Completo; Tipo De Análise: Quantitativo De Proteínas No Líquor E Urina;Método: Colorimétrico/Vermelho De Pirogalol;Apresentação: Teste;                     | 471865 | Teste | 1.200 | 113726-3 | PROTEÍNA URINÁRIA: reagente para dosagem de proteína urinária, reação colorimétrica com PYROGALOL, execução automática, determinação quantitativa de proteína urinária, cassetes pronto para uso, validade mínima após a entrega de 06 meses, rotulo com nº de lote, data de fabricação , validade, procedência.  |
| 11 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Uréia;Método: Cinético Uv; Apresentação: Teste;  | 334466 | Teste | 6.500 | 64314-9  | URÉIA: enzimática, cinética,faixa de leitura UV, metodologia GLDH, liofilizado, sem padrão ,soro, automática, para determinações e testes , com bula, embalagem de acordo com a legislação vigente, rótulo contendo número de lote , data de fabricação e validade, entrega programada, validade do material após entrega de no mínimo 1 ano.   |
|    |  |        |       |       |          | CÁLCIO: técnica colorimétrico, de reação de ponto   |



|    |   |        |       |       |         |   |
|----|---|--------|-------|-------|---------|---|
| 12 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Cálcio;Método: Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste;                               | 331741 | Teste | 3.500 | 64295-9 | final, faixa de leitura visível, metodologia cresolfaleína, líquido, soro e plasma , execução automatizado, com bula com informações detalhadas, embalagem de acordo com a legislação vigente, rotulo contendo nº de lote, data de fabricação, validade, procedência, valida do material após a entrega de no mínimo 01 ano   |
| 13 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Creatinofosfoquinase (Cpk); Método: Cinético Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste; | 333453 | Teste | 700   | 64923-6 | CK: enzimático, cinético, faixa de leitura UV, metodologia DGKC, liofilizado, sem padrão, soro, plasma heparinizado ou EDTA, execução automática, para determinações de 100 a 500 testes, com bula, embalagem de acordo com a validade, entrega programada, validade do material após entrega de no mínimo 01 ano após a data de entrega, linearidade até 1200 U/L.   |
| 14 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Ck-Mb;Método: Cinético Uv; Apresentação: Teste;   | 375562 | Teste | 700   | 64677-8 | CKMB: imunoenzimática, cinética, U.V., metodologia com NAC ATIVADO , monoreativo, soro, execução automatizado, bula com instruções de uso, embalagem de acordo com a legislação vigente, rotulo contendo nº de lote, prazo de validade, temperatura de estocagem, procedência, validade do material após a entrega de no mínimo 06 meses  |
| 15 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Ast /Tgo;Método: Cinético Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste;                    | 331746 | Teste | 5.400 | 64301-7 | TGO: enzimática, cinética, faixa de leitura U. V., metodologia consumo de substrato, reagente principal pronto para uso, soro, automatizado com bula com especificações detalhadas, embalagem de acordo com a legislação vigente, rotulo contendo nº de lote, data de fabricação, validade do material após a entrega de no mínimo 01 ano.  |
| 16 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Alt /Tgp;Método: Cinético Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste;                    | 331747 | Teste | 5.400 | 64303-3 | TGP: enzimática, consumo de substrato, faixa de leitura U. V . metodologia, cinética reagente principal pronto para uso, soro ,execução automatizado, com bula, com especificações detalhadas, embalagem de acordo com a legislação vigente , rotulo contendo nº de lote, data de fabricação, validade, procedência, validade do material após entrega de no mínimo 01 ano .  |
| 17 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Desidrogenase Láctica; Método: Cinético Uv; Apresentação: Teste;                                | 334465 | Teste | 5.000 | 64682-2 | DESIDROGENASE LÁCTICA (DHL)<br>: determinação, enzimática, reação cinética, faixa de leitura U . V., metodologia de acordo com especificações da SFBC, monoreativo, soro execução automatizado, bula com instruções de4 uso, embalagem de acordo com a legislação vigente, rotulo contendo nº de lote, prazo de validade, temperatura de estocagem, procedência, validade do material após entrega de no mínimo 01 ano, linearidade até 1000 U/L.   |
| 18 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Sódio;Método: Potenciometria;Apresentação: Teste;   | 369996 | Teste | 5.000 | 4493486 | SÓDIO: determinação de dosagem de sódio em soro e urina, com frascos com reagente tampão, dosagem por eletrodo íon seletivo, rotulo com data de validade, número de lote, acondicionamento e bula   |
| 19 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Potássio;Método: Potenciometria;Apresentação: Teste;  | 382448 | Teste | 5.000 | 4492478 | POTÁSSIO: determinação por eletrodo, método íon seletivo, modo de reação eletrodo íon seletivo, técnica eletrodo íon seletivo, volume máximo de frascos com 01 litro, estocagem na temperatura ambiente, automação aparelhos automáticos e semi-automáticos, rotulagem com número do lote, data de fabricação e validade, bula, reagente principal pronto para uso, reconstituição com não, para determinação em soro e urina, anticoagulante não, volume total do kit de acordo com aparelho especificado, número de reagentes do kit 1 até 3 reagentes, presença de padrão sim. |
|    |   |        |       |       |         | LACTATO : Reagente para Dosagem de Lactato;   |

|    |   |        |       |       |         |   |
|----|---|--------|-------|-------|---------|---|
| 20 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Lactato;Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste; | 368924 | Teste | 2.500 | 4261640 | Ensaio Colorimetrico Enzimatico de Ponto Final; Enzimatica, Com Leitura 552/659 Nanometros; Reagente Principal Doador de Hidrogenio, Ascorbato Oxidase, Aminoantipirina, Lactato Oxidase; Execucao Compativel Com Equipamento Cobas C111; Material Biológico Plasma Com Fluoreto e Oxalato; Kit Contendo Kit Com 100 Testes (2 Frascos Com 50 Testes Em Cada Kit); Validade Minima Apos Entrega de 12 Meses; Rotulo Com Data de Fabricacao/validade, Numero de Lote.; |
| 21 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Amilase;Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste; | 331734 | Teste | 400   | 64315-7 | AMILASE: reagente para Dosagem de Amilase; Enzimatico; Cinetica; Faixa de Leitura Visivel; Metodologia Por Cnp; Pronto para Uso; Soro e Urina; Execucao Automatica; para Determinacoes de 100 a 500 Testes; Com Bula; Embalagem de Acordo Com a Legislacao Vigente; Rotulo Contendo Numero de Lote, Data de Fabricacao e Validade; Entrega Programada; Validade do Material Apos a Entrega de No Minimo 1 Ano;  |

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 197.853,00

Conforme base de cálculo dos últimos meses , segue a tabela com a média do valor unitário de cada teste, bem como o valor total. Para essa aquisição de 87.700 testes é estimulado o valor da contratação de R\$ 197.853,00.

| GRUPO 01 - BIOQUÍMICA |  |        |         |             |                |             |
|-----------------------|--|--------|---------|-------------|----------------|-------------|
| ITEM                  | DESCRIÇÃO  | CÓDIGO | UNIDADE | QUANTI-DADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 1                     | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Ácido Úrico; Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste; | 331748 | Teste   | 4.000       | R\$1,33        | R\$5.320,00 |
| 2                     | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Albumina; Método: Colorimétrico De Ponto Final;Apresentação:                       | 331742 | Teste   | 2.300       | R\$0,74        | R\$7.702,00 |

|    |   |        |       |       |         |              |
|----|---|--------|-------|-------|---------|--------------|
|    | Teste;  |        |       |       |         |              |
| 3  | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Bilirrubina Direta;Método: Fotométrico De Ponto Final;Apresentação: Teste;                        | 336253 | Teste | 9.600 | R\$1,46 | R\$14.016,00 |
| 4  | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Bilirrubina Total;Método: Fotométrico De Ponto Final;Apresentação: Teste;                         | 336253 | Teste | 9.600 | R\$1,46 | R\$14.016,00 |
| 5  | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Creatinina; Método: Cinético Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste;                   | 333335 | Teste | 6.500 | R\$1,82 | R\$11.830,00 |
| 6  | Tipo: Conjunto Completo;Tipo De Análise: Quantitativo De Glicose;Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste;                                    | 331408 | Teste | 2.300 | R\$1,33 | R\$3.059,00  |
| 7  | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Magnésio; Método: Colorimétrico De Ponto Final;Apresentação: Teste;                               | 331738 | Teste | 4.400 | R\$1,96 | R\$8.624,00  |
| 8  | Tipo: Conjunto Completo;Tipo De Análise: Quantitativo De Proteína "C" Reativa;Método: Imunoturbidimetria; Características Adicionais: Ultra Sensível;Apresentação: Teste; | 380524 | Teste | 5.400 | R\$9,53 | R\$51.462,00 |
| 9  | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Proteínas Totais;Método: Colorimétrico De Ponto Final;Apresentação: Teste;                        | 350233 | Teste | 2.300 | R\$0,92 | R\$2.116,00  |
| 10 | Tipo: Conjunto Completo;Tipo De Análise: Quantitativo De Proteínas No Líquor E Urina; Método: Colorimétrico /Vermelho De Pirogalol; Apresentação: Teste;                  | 471865 | Teste | 1.200 | R\$2,01 | R\$2.412,00  |
| 11 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Uréia;Método:   | 334466 | Teste | 6.500 | R\$1,04 | R\$6.760,00  |

|    |   |        |       |       |         |              |
|----|---|--------|-------|-------|---------|--------------|
|    | Cinético Uv;Apresentação: Teste;  |        |       |       |         |              |
| 12 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Cálcio; Método: Colorimétrico De Ponto Final;Apresentação: Teste                                | 331741 | Teste | 3.500 | R\$1,79 | R\$6.265,00  |
| 13 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Creatinofosfoquinase (Cpk); Método: Cinético Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste; | 333453 | Teste | 700   | R\$2,11 | R\$1.477,00  |
| 14 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Ck-Mb; Método: Cinético Uv; Apresentação: Teste;  | 375562 | Teste | 700   | R\$4,13 | R\$2.891,00  |
| 15 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Ast/Tgo; Método: Cinético Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste;                    | 331746 | Teste | 5.400 | R\$1,97 | R\$10.638,00 |
| 16 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Alt/Tgp; Método: Cinético Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste;                    | 331747 | Teste | 5.400 | R\$1,66 | R\$8.964,00  |
| 17 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Desidrogenase Láctica; Método: Cinético Uv; Apresentação: Teste;                                | 334465 | Teste | 5.000 | R\$3,64 | R\$18.200,00 |
| 18 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Sódio;Método: Potenciometria;Apresentação: Teste;   | 369996 | Teste | 5.000 | R\$1,79 | R\$8.950,00  |
| 19 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Potássio; Método: Potenciometria; Apresentação: Teste;  | 382448 | Teste | 5.000 | R\$1,79 | R\$8.950,00  |
| 20 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Lactato; Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final; Apresentação: Teste;                  | 368924 | Teste | 2500  | R\$1,49 | R\$3.725,00  |
| 21 | Tipo: Conjunto Completo Para Automação;Tipo De Análise: Quantitativo De Amilase; Método: Enzimático   | 331734 | Teste | 400   | R\$1,19 | R\$476,00    |

|  |   |  |  |  |  |  |
|--|---|--|--|--|--|--|
|  | Colorimétrico De Ponto Final;<br>Apresentação: Teste; |  |  |  |  |  |
|--|---|--|--|--|--|--|

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os itens da aquisição de reagentes para exames laboratoriais de que trata esse termo estão especificados no grupo 01, totalizando 21 itens. Serão exigidas da licitante vencedora do GRUPO 01 a cessão, em regime de comodato pelo período de 12 (doze) meses, do equipamento associado aos reagentes para automatização dos exames laboratoriais. Para os exames laboratoriais do Grupo 01, considerando os itens de 1 a 21 a empresa vencedora desse grupo deverá fornecer os insumos solicitados parceladamente.

Apesar de reiteradas recomendações dos órgãos de controle, sendo regra a adjudicação por item no Sistema de Registro de Preços e com vistas a possibilitar maior competitividade e melhor aproveitamento das oportunidades do mercado, resultando em mais vantagens para a Administração. A utilização do agrupamento de itens para a aquisição de reagentes de laboratório com comodato de equipamentos pode trazer diversas vantagens e justificativas específicas para esse contexto. Vejamos algumas delas:

1. Ao agrupar itens de reagentes de laboratório juntamente Integração e compatibilidade entre reagentes e equipamentos: com o comodato de equipamentos necessários para sua utilização, é possível garantir a integração e a compatibilidade entre eles. Os equipamentos fornecidos em comodato são especificamente selecionados e configurados para trabalhar em conjunto com os reagentes oferecidos. Isso assegura a qualidade dos resultados das análises clínicas, bem como a eficiência e a confiabilidade do processo como um todo.
2. O agrupamento de itens de reagentes de laboratório com comodato de Redução de custos e simplificação administrativa: equipamentos permite consolidar a aquisição em um único contrato. Isso pode resultar em economia de custos, uma vez que os fornecedores podem oferecer melhores condições comerciais ao fornecer tanto os reagentes quanto os equipamentos. Além disso, o processo de licitação é simplificado, reduzindo a carga administrativa e os custos associados ao gerenciamento de licitações separadas para reagentes e equipamentos.
3. Ao utilizar o comodato de equipamentos, os órgãos licitantes podem garantir a Manutenção e suporte técnico garantidos: disponibilidade de serviços de manutenção e suporte técnico fornecidos pelo próprio fornecedor dos equipamentos. Isso é especialmente relevante em análises clínicas, nas quais a precisão e a confiabilidade dos resultados são cruciais. O fornecedor responsável pelo comodato pode oferecer serviços de calibração, manutenção preventiva e corretiva, garantindo a operação adequada dos equipamentos ao longo do contrato.
4. O agrupamento de itens com comodato de equipamentos oferece a oportunidade de acesso de Atualização tecnológica: tecnologias atualizadas. Os fornecedores que oferecem equipamentos em comodato têm o incentivo de fornecer equipamentos modernos e atualizados para se manterem competitivos. Isso permite que os laboratórios tenham acesso a equipamentos de última geração, aumentando a eficiência das análises clínicas e mantendo-se atualizados com os avanços tecnológicos.
5. Ao agrupar itens de reagentes com comodato de Facilidade na gestão de contratos e relacionamento com fornecedores: equipamentos em um único contrato, a gestão dos contratos e o relacionamento com os fornecedores são simplificados. Isso ocorre porque há um único ponto de contato para todas as questões relacionadas aos reagentes e equipamentos, o que facilita a comunicação, a resolução de problemas e a negociação de termos contratuais.

A aquisição dos reagentes deverá ser feita conforme cronograma de entrega parcelada levando em conta que não há objeções técnicas ou econômicas, não ocasionará perda econômica e nem ônus para essa administração. O parcelamento melhora o gerenciamento do espaço físico do Laboratório do Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros para alocar os insumos.

Proposta Inicial do Cronograma

|            | MÊS      | QUANTIDADE DE TESTES |
|------------|----------|----------------------|
| 1ª entrega | Maio     | 10.000               |
| 2ª entrega | Junho    | 10.000               |
| 3ª entrega | Julho    | 10.000               |
| 4ª entrega | Agosto   | 10.000               |
| 5ª entrega | Setembro | 10.000               |
| 6ª entrega | Outubro  | 10.000               |
| 7ª entrega | Novembro | 10.000               |
| 8ª entrega | Dezembro | 17.700               |

Este cronograma poderá sofrer alteração conforme ajuste do empenho.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou independentes para a viabilidade e contratação dessa demanda.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O item previsto nesta contratação faz parte do orçamento vigente desta unidade.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O objetivo da aquisição será para suprir a demanda na realização dos exames de Bioquímica (grupo 01) realizadas no Laboratório do Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros aos pacientes internados e de pronto atendimento, a fim de oferecer apoio diagnóstico e terapêutico através do exame de forma ágil e confiável, favorecendo a segurança na assistência.

## 13. Providências a serem Adotadas

Não será necessária nenhuma adaptação na infraestrutura do Laboratório com a aquisição deste contrato. No sistema de comodato o vencedor se compromete com as manutenções preventivas e corretivas sem qualquer ônus adicional.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Essa unidade hospitalar reconhece a importância do tema no aspecto de resíduos hospitalares. O gerenciamento exige adequado manejo para evitar que esses materiais se tornem veículos de doenças ou ferem riscos de acidentes durante o tratamento. Para tanto salienta-se que no Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros há comissão dedicada ao serviço de gerenciamento de resíduos hospitalares, com processos e fluxos estabelecidos com base na legislação pertinente, de modo a realizar este trabalho para evitar impactos ambientais.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A viabilidade dessa contratação possibilita dar continuidade na realização dos exames de Bioquímica (grupo 01) aos pacientes internados e de Pronto Atendimento garantindo um tratamento seguro ao paciente.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: SEI 024.00008117/2026-00

**GIZELE MAIOTTO GUARDIA**

Diretora Técnica de Saúde I